



Boletim do
**Comitê de Enlace pela
Reconstrução da
IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Versão em Português - junho 2020 - R\$ 5,00

Diante a crise econômica, política e social desencadeada pelo coronavírus

Combater os governos burgueses, para impor nosso próprio plano de emergência, baseado na democracia operária e nossos métodos de luta



Seleção de declarações e artigos internacionais, nacionais, publicados nos últimos três meses, sobre a catastrófica crise que vivenciamos.

Erguer bem alto as bandeiras da Revolução Proletária!

Apresentação

A humanidade atravessa um momento histórico. Poucas vezes, manifestou-se com tanta profundidade uma crise política, econômica e social, simultaneamente no mundo inteiro.

Este Boletim n° 30 apresenta as declarações internacionais, nacionais e a intervenção de nossa corrente nesta situação extraordinária, levantando as bandeiras da classe operária, da revolução proletária.

Afirmamos que o coronavírus detonou esta crise. Todas as contradições, todos os conflitos já estavam presentes antes da pandemia, que expôs a magnitude da crise capitalista em nível mundial.

Na IV Conferência do Comitê de Enlace (CERQUI), em fevereiro, caracterizávamos o processo de desintegração do capitalismo mundial, que refletia os sinais da barbárie, inclusive nas potências capitalistas. Prognosticamos uma queda da economia mundial e assinalávamos que a economia não havia se recuperado da queda de 2008/2009, que o estreitamento do mercado europeu e mundial enfrentava pressões recessivas, e que a queda do crescimento na maioria dos países indicava novas turbulências mundiais.

Na raiz da crise, se encontra a contradição fundamental entre o alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, baseadas na propriedade privada dos meios de produção, cada vez mais concentrada em mãos da ultra minoria. E na contradição da internacionalização das forças produtivas, que se chocam com as fronteiras nacionais. Forças produtivas que estão sendo bloqueadas e destruídas. O capitalismo se encontra num caos generalizado, e não tem saída diante da crise extraordinária pela qual o mundo passa. Não tem como resolver a superprodução de mercadorias, a não ser destruindo forças produtivas. Estas são as razões do empobrecimento geral da população, desemprego, miséria, fome, migrações, e também as guerras. Não será possível pôr fim a esta situação dramática, que se agrava dia a dia, se não se resolverem as contradições básicas da sociedade.

A Tese Internacional do CERQUI assinala que as políticas aplicadas pelos governos imperialistas empurram a economia para um descalabro cada vez maior, resultando numa crescente destruição de forças produtivas, principalmente de força de trabalho.

De fato, os Estados Unidos se transformaram no epicentro da crise mundial, apresentando indicadores do caos e desintegração em todos os terrenos, que parecem reviver a pior crise, a de 1929. A recente explosão das massas, mobilizando-se em todo o país, em repúdio ao assassinato de George Floyd, concentra todos os problemas da enorme crise, a qual atravessa a principal potência imperialista, e mostra a enorme

disposição das massas para intervir ativamente, em resposta aos ataques sofridos.

Dizíamos, na Conferência, que se manifestavam tendências revolucionárias no seio dos oprimidos da América Latina, como demonstrava o combate das massas no Chile pinochetista, Equador, Colômbia, Bolívia, e em todo mundo, enfrentando os ajustes intermináveis do capital financeiro. A pandemia interrompeu o ascenso, e deu lugar a um breve período de retração dessas lutas, que voltam com força, vencendo os reveses e bloqueios das direções burocráticas ou ausentes.

A agudização da crise desmascarou a política dos nacional-reformistas e das correntes centristas, incapazes de formular uma resposta à catástrofe, adaptando-se às orientações de alguma das frações burguesas, que chamam à unidade nacional em nome do combate à pandemia. As direções burocráticas dos sindicatos se submeteram a essas orientações. As tendências à direitização da burguesia e seus governos não deixam espaço para os adoradores da democracia, da conciliação de classes, e do eleitoralismo.

Enfatizamos a intervenção do CERQUI e de suas seções, desde o primeiro momento em que se anunciou a pandemia, e surgiram as diversas linhas de intervenção da burguesia, es-

tabelecendo uma linha proletária para enfrentar a crise, em todos os terrenos. É o resultado de anos de trabalho político programático coletivo, acompanhando as principais tendências da luta de classes, e intervindo com uma linha revolucionária.

Apresentamos, neste Boletim, o programa de emergência para responder à crise e a necessidade da classe operária retomar a produção, as assembleias e as lutas, para se defender diante dos ajustes dos patrões e o governo, agravados sob a pandemia, pois, isolada e confinada, está condenada,

antecipadamente, à derrota. A classe operária precisa de sua deliberação e ação coletivas, para responder como classe.

A única saída progressiva para a humanidade se encontra na política, no programa e nos métodos de organização e luta da classe operária. Nenhuma outra classe social pode oferecer uma saída diante da barbárie capitalista, descarregada brutalmente sobre os oprimidos em todo o mundo.

Em nossa Conferência de fevereiro, chamamos a atenção sobre a dramática crise de direção proletária, e a necessidade urgente de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, situação que se tornou mais evidente na atual crise. As lutas que se espalham mostram um terreno favorável, para que germine esta perspectiva de luta pelos governos operário-camponeses, como expressão da ditadura do proletariado, em nossos países.

3 de junho de 2020

“ *A recente explosão das massas mobilizando-se em todo o país, em repúdio ao assassinato de George Floyd, concentra todos os problemas da enorme crise, pela qual atravessa a principal potência imperialista, e mostra a enorme disposição das massas para intervir ativamente em resposta aos ataques sofridos.* ”

Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - CERQUI

Crise mundial se agrava pelo coronavírus e queda do preço do petróleo

11 de Março de 2020

A queda das bolsas, das ações, dos bônus e do preço das commodities põe em evidência a profunda crise mundial do capitalismo, que não consegue superar o estouro de 2008/2009.

O coronavírus mostra toda a fragilidade da economia capitalista e o desespero dos governos em sustentar os “mercados”, antes de resolver os problemas sanitários da população.

A economia mundial já estava freada pela crise, que se potencializou com a guerra comercial, e as medidas que foram adotadas nas últimas semanas. Os EUA tomaram medidas extraordinárias para manter a atividade econômica, antes mesmo do fenômeno do coronavírus.

Se essa crise não explodisse pelo coronavírus ou pelo petróleo, poderia eclodir pela bolha da dívida gigantesca, pela quebra de países que não podem continuar pagando sua dívida externa, ou qualquer outro motivo. A economia mundial está estancada, e a tendência é de que se acentue esta situação.

Este quadro de recessão econômica mundial é o que gera uma super oferta de petróleo, que não pode ser regulada pelos países produtores, porque não há acordo entre eles para reduzir sua produção, e manter o preço (Rússia, EUA e Arábia Saudita). A brusca queda do preço do petróleo, que tinha quase 30 anos que não ocorria, arrastou os preços de outras commodities, das ações, das moedas, etc. O acordo estabelecido em 2017, pela Opep, já limitava a produção, para manter os preços, enquanto crescia a produção nos EUA.

A brusca queda do preço pode prejudicar os EUA, uma vez que ocorreu sobre a base do processamento do xisto, que lhe permitiu se tornar em principal produtor, e este tipo de exploração tem um custo mais elevado. Mas, seguramente, prejudica ainda mais os países semicoloniais, que dependem fortemente da exportação de petróleo e outras matérias-primas, para sustentar suas economias.

As petroleiras multinacionais estabelecem quais são suas prioridades, onde produzem, desde onde exportam e onde extraem a maior rentabilidade. Nossos países não podem ficar presos às decisões das multinacionais. A exploração petrolífera deve ser estatizada, sem indenização, sob controle operário coletivo. O que garante a plena soberania sobre nossos recursos.

O problema dos problemas não é o coronavírus. É a decom-

posição capitalista, sua incapacidade para sair da profunda crise, devido à contradição fundamental entre o alto grau alcançado pelo desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, baseadas na grande propriedade privada dos meios de produção, cada vez mais concentrada, na globalização das forças produtivas, que se chocam com as fronteiras nacionais. Aí se encontra a base do empobrecimento geral da população, do desemprego, miséria, fome, migrações. Nessas condições, qualquer epidemia causa estragos na população, seja o coronavírus, a dengue, ou o sarampo.

É necessário exigir dos Estados que garantam um serviço de saúde universal, gratuito, e o aumento dos recursos necessários para atender os doentes, e prevenir a ameaça do coronavírus e outras enfermidades.

A extrema dificuldade das potências para superar a crise, aberta em 2008, indica que permanece presente uma capacidade produtiva excedente, o estreitamento do mercado mundial, as particularidades dos impasses em cada país, a inviabilidade de soluções regionais duradouras, as pressões da composição orgânica do capital sobre a taxa de lucro média dos monopólios, assim como a resistência das massas, que acirra a luta de classes.

Volta-se a discutir qual é a solução. Dizemos: não há saída possível para o capitalismo em crise, cuja sobrevivência nos submete a todo tipo de sofrimentos, nos empurra à barbárie. Não há, portanto, como reformá-lo. Neste quadro de colapso, se aprofundam as tendências direitistas da burguesia em todo mundo, devido à necessidade dos exploradores descarregarem a crise sobre as massas.

Os oprimidos, em toda a parte, abrem caminho lutando, para enfrentar os ajustes e contrarreformas que impulsionam os governos, os quais agem a mando do capital financeiro. É nesta luta que temos de nos apoiar, para avançar na solução da crise de direção internacional da classe operária.

As massas oprimidas, com a classe operária à frente, têm a resposta: a revolução social, para acabar com o regime capitalista, pondo fim à grande propriedade privada, transformando-a em propriedade social, instalando seu próprio governo, da maioria oprimida, um governo operário e camponês. A perspectiva continua sendo: Socialismo ou Barbárie Capitalista.

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - CERQUI

Levantemos bem alto as bandeiras do programa da revolução proletária

21 de março de 2020

Todos os governos do mundo foram obrigados a tomar medidas extraordinárias para enfrentar a pandemia de coronavírus.

Invariavelmente, todas essas medidas foram arquitetadas de forma a afetar o menos possível os interesses da burguesia – dos grandes empresários, latifundiários e multinacionais. Os capitalistas viram na crise uma oportunidade para resolver seus problemas de superprodução, e baratear seus custos: livrando-se do peso dos encargos sociais, fechando postos de trabalho, diminuindo salários e benefícios. Isso sem ter de enfrentar a resistência organizada dos trabalhadores, que foram confinados em suas casas.

Os fatos mostram que é possível prever que a pior parte da crise da saúde será paga pela maioria oprimida do planeta. Isso porque o mundo está baseado na desigualdade e na exploração social, na divisão entre nações opressoras e nações oprimidas, e no respeito à grande propriedade privada capitalista, onde a anarquia do mercado se impõe por cima das necessidades da sobrevivência humana.

“*Somente a classe operária e os demais explorados podem responder à derrocada do capitalismo e às suas bárbaras consequências – entre elas, as pandemias. Eis por que estão obrigados a reagir diante das medidas burguesas com seus métodos próprios de luta, e a superar os obstáculos políticos à mobilização coletiva e à sua organização independente. Obstáculos esses levantados pelas direções burocráticas dos sindicatos, e pelos partidos reformistas que os controlam.*”

Testemunhamos que, na sociedade em decadência, como é o capitalismo em sua fase imperialista, toda crise de alguma magnitude tem como resultado agravar os níveis de barbárie e desintegração social. A destruição das forças produtivas (fechamento de postos de trabalho, destruição física da força de trabalho, redução da população mundial etc.), aprovada por alguns setores, é considerada como “benéfica à natureza e ao planeta”.

Cabe ao proletariado consciente propor à humanidade um programa para enfrentar a crise, e preveni-la de outras calamidades que devastem a sociedade humana.

Um programa que, partindo das necessidades imediatas, nos leve a soluções estruturais dos grandes males sociais, entre eles a crise do sistema público de saúde.

No nível alcançado pelo desenvolvimento tecnológico e científico, é possível exigir:

1. Que todos os Estados garantam o funcionamento de um sistema único de saúde pública, universal e gratuito, que integre obras sociais públicas, clínicas privadas, laboratórios, etc.
2. Aumento real de salários e aposentadorias, para que cubram

os custos de vida da família.

3. Garantir a distribuição gratuita de alimentos, medicamentos e itens de higiene para toda a população. Estatização de grandes fábricas e cadeias farmacêuticas.
4. Suspender o pagamento de aluguéis e impostos, garantir o acesso gratuito a todos os serviços: eletricidade, água, gás, telefone, internet, etc.
5. Rejeitar os planos patronais de demissão, sob a justificativa da crise. Acabar com todas as formas de trabalho precário, informal, e acabar com o desemprego, distribuindo todo o trabalho entre todos os trabalhadores.
6. Plano de obras públicas, começando com a construção de hospitais, escolas e residências.
7. Concentrar os recursos nas mãos do Estado, expropriando os latifundiários, e recuperando a propriedade estatal dos hidrocarbonetos, minerais e empresas estratégicas, para assim planificar a economia de acordo com as necessidades da vida e da saúde humana, e não do lucro capitalista.
8. Estatização do setor bancário e do comércio exterior.
9. Desconhecimento e não pagamento da dívida externa dos países semicolônias.

Corresponde adaptar este programa às particularidades de cada país.

Somente a classe operária e os demais explorados podem responder à derrocada do capitalismo e às suas bárbaras consequências – entre elas, as pandemias. Eis por que estão obrigados a reagir diante das medidas burguesas com seus métodos próprios de luta, e a superar os obstáculos políticos à mobilização coletiva e à sua organização independente. Obstáculos esses levantados pelas direções burocráticas dos sindicatos, e pelos partidos reformistas que os controlam. A crise de direção mundial se reflete na capitulação da burocracia sindical aos planos da burguesia e na submissão à bandeira antioperária de união nacional. Está colocada a necessidade de uma firme resistência da classe operária mundial e de suas expressões nacionais.

Por cima das particularidades de cada país, que devem ser consideradas pela vanguarda revolucionária, está a defesa do proletariado mundial. Por cima das fronteiras nacionais, fechadas por medidas de interesse dos capitalistas, coloca-se a tarefa de derrotar as diretrizes do imperialismo.

Convocamos a unidade dos proletários e explorados do mundo, para impedir que a burguesia e o imperialismo descarreguem a crise sobre a maioria oprimida. Construir um mundo novo, um mundo melhor, solidário e livre das mesquinhas e barbárie capitalistas. A revolução proletária é a única via para cumprir esse objetivo histórico.

Organizemos a luta em cada país como parte da luta mundial do proletariado e demais explorados!

Desde Santa Cruz

Orçamento para o coronavírus a nível mundial: mais dinheiro para salvar os empresários e sua indústria bélica do que para investir em saúde pública

A decadência do capitalismo é tão grande que as suas crises serão mais recorrentes e devastadoras. O Coronavírus se encarrega de expor tal como ele é, ou seja, predatório, bárbaro e desumano.

Massas Extra, 30 de março de 2020 - POR Bolívia

Na semana passada, os países do G20 se reuniram e anunciaram US\$ 5 trilhões para a economia mundial, afetada pela pandemia. Ou seja, dinheiro para salvar a burguesia industrial e bancária, não para buscar a solução estrutural aos problemas desta pandemia, ou de outras que possam ocorrer.

A Organização das Nações Unidas (ONU), assim como a Organização Mundial de Saúde (OMS), demonstram, mais uma vez, a sua incapacidade para tratar os problemas de caráter mundial. Cada Estado, que é potência econômica, faz o que lhe parece melhor, até mesmo competindo entre si, para ver quem inventa a vacina, para depois negociá-la no mercado.

Assim, por exemplo, o orçamento que os Estados Unidos decidiram injetar, de US\$ 2 trilhões na economia, US\$ 500 bilhões serão entregues de maneira direta para grandes empresários privados. Enquanto o orçamento para a pandemia do coronavírus foi de US\$ 8,5 bilhões.

Nesta linha de gastar mais em negócios privados que em saúde, a nível internacional, o orçamento militar dos EUA, somente para a gestão 2020, é de US\$ 738 bilhões, dos quais, aproximadamente, US\$ 104 bilhões serão para investimentos na criação de novas armas. Este último valor equivale a 100 vezes mais o que se necessita de investimentos para desenvolver a criação de uma vacina geral contra distintos tipos de cepas de coronavírus, incluindo o Covid-19.

Em relação a esta vacina, segundo cientistas, como Peter Daszak, especialista que preside a EcoHealth Alliance, nos EUA, apontam que, dado o desenvolvimento científico, se poderia criar uma vacina geral para prevenir distintos tipos de vírus, com um investimento de US\$ 1,2 bilhão. *“O desenvolvimento desta vacina poderia ter evitado o contágio do coronavírus, assim como de muitos outros vírus que possam surgir. Calculamos que poderíamos descobrir 70% destes vírus desconhecidos por um custo de aproximadamente US\$ 1,2 bilhão”.* Afirma ainda que *“isso requereria que os países de todo o mundo trabalhassem juntos, e financiassem diferentes projetos. É custoso, mas, comparado ao custo de um surto, é minúsculo. Estimamos que este surto já tenha custado mais de*

US\$ 100 bilhões”.

Mas, isto não é vantajoso para as multinacionais farmacêuticas, que preferem investir em vacinas e medicamentos, contra cada novo tipo de vírus que se descobre.

Isto é somente uma amostra de como, sob o regime de produção capitalista, a saúde da maioria é o que menos importa. Não nos esqueçamos de que, na atualidade, além do coronavírus, há milhões de crianças que morrem, por causas que podem ser prevenidas. Mas, a barbárie capitalista chega ao extremo de que, no caso concreto do coronavírus, há governantes, como Donald Trump e o governador do Texas, que defendem que os idosos devem se sacrificar e morrer pelos EUA, para não prejudicarem os negócios dos grandes capitalistas estadunidenses.

O ultraliberalismo, em matéria de saúde pública nos EUA, assim como o suposto estado de bem-estar dos socialdemocratas nos países europeus, se mostrou incapaz de atender esta pandemia, ou de evitar dezenas de milhares de mortos. O fato é que a saúde pública, que, em muitos Estados, pode ser gratuita, está ligada à situação econômica da população, do acesso a um bom salário, a serviços públicos, a moradia, etc. Além de estar submetida à constante pressão dos serviços de saúde privados, que buscam anulá-la.

A incapacidade do sistema capitalista para conter esta pandemia e, pelo contrário, se aproveitar dela, para fazer negócios e impor medidas de flexibilização trabalhista mostra, uma vez mais, a necessidade de planificar a economia em cada um dos Estados, e estender esta planificação a nível mundial, a partir das necessidades fundamentais da maioria da humanidade. Para realizar isto, é necessário expropriar os meios de produção, indústrias, terras, bancos e hospitais, para que passem para as mãos do Estado, que não pode ser capitalista, mas sim um Estado Operário, socialista, superando as limitações e degenerações impostas por Stálin e Mao, na Rússia e China, que defenderam o socialismo em um só país, e a convivência pacífica com as potências capitalistas imperialistas, dando origem à degeneração do socialismo e projetando os seus países na restauração capitalista, que hoje se acentua.



A disjuntiva: socialismo ou barbárie

Ou morre o Capitalismo selvagem, ou morre a Civilização Humana!

Massas Extra, 6 de abril de 2020 - POR Bolívia

A selvageria é o modo de existência do capitalismo, porque está baseado na concentração da riqueza social nas mãos da burguesia, das multinacionais, do imperialismo, pela apropriação privada da mais-valia, socialmente produzida pelo trabalho dos operários. Não existe, nem poderá existir, um “capitalismo humanizado”, esse é outro embuste burguês.

A disjuntiva que a humanidade enfrenta é:

Ou morre o capitalismo, ou a humanidade será arrastada à barbárie.

O capitalismo deve ser morto, e somente a classe operária, instintivamente socialista, poderá fazer isto, acabando com a propriedade privada burguesa sobre os grandes meios de produção.

A nível mundial e no país, a burguesia defende a necessidade de “fortalecer o setor empresarial, que ficará seriamente afetado, diante da emergência sanitária, e transformar modelos e estruturas de desenvolvimento para modernizar os investimentos e melhorar a competitividade”, defende a proposta “Para relançar a economia”, da Câmara Nacional de Comércio da Bolívia. À custa de quem? Dos explorados e oprimidos, sem sombra de dúvida. Isso é parte da natureza selvagem do capitalismo.

Governo e empresários já estão discutindo o plano de reativação econômica pós pandemia, convocando também a burocracia

sindical a participar do “diálogo” tripartite, porque necessitam dela, para que cumpra com a sua nefasta função de quinta coluna burguesa, no seio dos trabalhadores e maioria oprimida.

- ***Estabilidade nos empregos. Não aceitar demissões, sob nenhum pretexto.***
- ***Não aceitar descontos, nem a compensação das férias pelos dias não trabalhados.***
- ***Não ao congelamento de salários.***
- ***Não à flexibilização trabalhista capitalista.***
- ***Não à suspensão temporária das contribuições à Previdência e à SNS e às retenções das AFPS.***
- ***Controle operário coletivo em todas as fábricas e serviços.***
- ***Equipamentos de proteção de biosegurança aos trabalhadores, por conta da patronal.***
- ***A empresa que se declare falida deve ser ocupada por seus trabalhadores e o estado deve garantir o capital necessário para o seu funcionamento.***
- ***Estatização da medicina privada.***
- ***Desconhecimento da dívida externa.***
- ***Nacionalização das minas e do petróleo, sem indenização.***

O CORONAVÍRUS EXPÕE A DESINTEGRAÇÃO DA EUROPA

Masas 366, abril de 2020 - POR Argentina

A resposta dos diversos governos europeus ao avanço do COVID-19 expôs a sua desintegração. Cada um interveio a seu modo, fechando fronteiras entre os países da União Europeia, adotando políticas contrapostas. Até 9 de março, a Polônia havia introduzido controles de saúde nas suas fronteiras com Alemanha e a República Tcheca. Dois dias depois, quando a pandemia se estendeu à Itália, Áustria e Eslovênia, reduziram ao mínimo a afluência de pessoas desse país. Em 12 de março, foi a vez da República Tcheca proibir o ingresso de pessoas de quinze países, e a Eslováquia fechou suas fronteiras a todos os estrangeiros, à exceção dos poloneses. Na segunda-feira, 16 de março, a Alemanha instituiu controles fronteiriços com França, Luxemburgo, Suíça, Áustria e Dinamarca.

Muitos governos impulsionaram as tendências chauvinistas, para esconder a crise. Na Ucrânia, houve apedrejamento e piquetes contra um micro-ônibus que transportavam expatriados. Na França e Espanha, as correntes direitistas se rejubilaram, dizendo que eles tinham advertido que era necessário fechar as fronteiras.

Por sua vez, a pandemia expôs as grandes diferenças no interior da União Europeia. As diferenças entre os sistemas sanitários da Espanha e Itália, em relação à Alemanha e França, ficaram escancaradas. Faltam hospitais, leitos e respiradores. Sem falar de outros insumos médicos, assim como também sua incapacidade para realização de testes massivos, como foram feitos na China e Coreia do Sul. Por outro lado, na hora da epidemia, os Estados

da União Europeia demonstraram uma evidente falta de solidariedade. Quando a Itália foi golpeada, não recebeu ajuda dos seus vizinhos europeus. Ao ponto de quem agora se dispõe a ajudá-la é a China, enviando insumos e até profissionais.

O que se procura mostrar na América Latina, pela imprensa por exemplo, é que esses povos estão unidos para tentar frear o avanço do vírus, e que deveríamos imitar seu exemplo. O que não se informa é a denúncia, feita por vários setores, de que os governos europeus determinaram suas medidas em defesa dos interesses dos grandes empresários, e não em defesa da população. Foram muitos os setores de trabalhadores que reivindicaram outro tipo de medidas, diante do avanço do vírus. Desde 12 de março, na Itália, já estouraram greves espontâneas, negando-se a continuar colocando-se em perigo para manter a produção. Operários denunciaram a falta de meios para aplicar as precauções mais básicas, mas o governo e a imprensa o ocultaram reiteradamente. Na França, foram vários os protestos, denunciando a situação precária em que se lhes obrigava a trabalhar, isso aconteceu nas montadoras, com a Renault, PSA e também com trabalhadores ferroviários.

Um operário italiano denunciou: “*Em dois meses, o que fez o governo para proporcionar um sistema de saúde, respiradores, máscaras ou álcool gel? Faz uma semana, o prefeito fez um plano de emergência para as empresas e financeiras. Como vai satisfazer as necessidades materiais e humanas dos hospitais? Até segunda-feira, ainda fabricávamos automóveis, armas ou cosméticos, mas,*

ainda não tínhamos máscaras ou luvas em quantidade suficiente!”

A crise do coronavírus na Europa só pôs em evidência o choque entre as forças produtivas altamente desenvolvidas com as fronteiras nacionais. Estas são as manifestações dos obstáculos interpostos pela propriedade monopolista e a apropriação privada da riqueza.

Somente o proletariado pode pôr fim às tendências de desintegração, e unificar o Continente, sob o programa dos Estados

Unidos Socialistas da Europa, desde que conquiste sua independência de classe. O que requer a constituição do Partido marxista-leninista-trotskista. A crise global, e, particularmente, a europeia, continuará piorando. Os explorados não têm outra saída, a não ser desenvolver a luta de classes. Devemos vincular a luta dos operários europeus em defesa de suas condições de vida com a necessidade de colocar em pé a Quarta Internacional, para liquidar este sistema putrefato.

Novas condições se abrem para o proletariado mundial tomar a frente da luta de classes

Massas 607 - POR Brasil

Interdependência das duas crises

A superprodução e o estreitamento dos mercados, que resultaram na eclosão da crise em 2008, inauguraram uma nova fase da crise mundial. As consequências da crise sanitária na paralisação do comércio, serviços, transportes e indústria agravaram as tendências de queda econômica, e regressão das forças produtivas, que vinham vagarosamente se reanimando, a partir de 2009. Já em 2019, indicava-se a queda.

A burguesia e seus governos se esforçam em ocultar os elos da interdependência entre a crise econômica e a sanitária. Se bem que a pandemia seja um fenômeno natural, sua manifestação na economia e na vida das massas está condicionada pelas relações de produção (propriedade privada dos meios de produção e intercâmbio, apropriação privada das riquezas, superexploração do trabalho assalariado, etc.), e pelas contradições que delas decorrem (choque entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais, crescimento da miséria e concentração da riqueza, aumento do exército de desempregados e subempregados, etc.). Existem recursos técnicos, científicos e humanos para limitar os estragos da pandemia, mas não podem ser utilizados em grande escala – nacional e internacionalmente – de forma racional e centralizada, priorizando as necessidades das massas, porque se chocam com os interesses privados e os lucros dos monopólios imperialistas.

Possibilidade de uma nova “Grande Depressão”

O Banco Popular da China (BPCH) advertiu que se aproxima uma “nova Grande Depressão”, mais violenta que a crise financeira de 2008 e, inclusive, maior que a Grande Depressão de 1929. Segundo Zhu Jun, diretora do Departamento Internacional do BPCH, “*se a epidemia continuar fora de controle*”, a “*deterioração da economia real se verá agravada com o surgimento de riscos financeiros*”. Na quinta-feira, 9 de abril, o FMI apoiou essa avaliação, deixando para trás a atitude de “esperar para ver”, e de difundir previsões ambíguas.

A “Grande Depressão” de 1929 atingiu principalmente os Estados Unidos, generalizando as quebras de indústrias e bancárias, reduziu o PIB em mais de 10%, e desempregou 25% da força de trabalho do país. Seus posteriores reflexos na economia mundial acabariam arrastando as nações à guerra interimperialista. Somente depois da destruição de valores e riquezas em larga escala, e de uma nova repartição do mundo, foi possível a retomada econômica. Os EUA surgiram como potência imperialista hegemônica, baseada nas poderosas forças produtivas internas, e em um amplo mercado interno. Sobre essa base, se ergueu uma

poderosa oligarquia financeira.

Uma nova “Grande depressão”, na atual conjuntura, levará a quebras industriais, comerciais e financeiras, em todo o mundo. Estima-se em 35% a queda no comércio mundial, e os créditos voltariam a níveis de 2008. Nesse caso, os Estados Unidos e as potências rivais teriam de recorrer a uma nova repartição do mundo, e impor a destruição de valores em escala planetária, produzindo violentas convulsões nas relações mundiais.

Estados Unidos: carro-chefe da desagregação mundial

Segundo pesquisas, 16 milhões de empregos se perderam no mês de março. Na semana passada, 6,65 milhões de seguro-desemprego foram solicitados, 3 milhões a mais que na semana anterior. Foram mais 6 milhões na semana seguinte. Por sua vez, o aumento do desemprego e o subemprego elevou em 30% a inadimplência de hipotecas, que não puderam ser pagas. Gigantes das finanças, como Goldman Sachs, JP Morgan y Morgan Stanley, estimam que o PIB norte-americano cairá entre 6% e 30%, nos próximos seis meses. A rapidez da derrocada econômica obrigou Trump a injetar mais de US\$ 2 trilhões na economia. Essa medida demonstrou que os US\$ 2,2 trilhões aprovados há três semanas ficaram aquém das necessidades econômicas da burguesia.

O problema está em que esses investimentos estatais não são orientados a erguer novas fábricas e diversificar a indústria nacional (não irão criar novos valores). Pelo contrário, são subsídios a empresas, para sustentar seus compromissos financeiros, e evitar quebras. A saída desse impasse, portanto, depende da capacidade da potência de conquistar mercados, e se apossar de fontes de recursos naturais sob controle de outras potências. Como se vê, a previsão do BPCH indica o agravamento da guerra comercial e o impulso da escalada militar.

Abismo recessivo da Alemanha

As previsões da semana passada sobre a economia alemã já foram revistas. Estima-se que o PIB encolherá -4,2%, no primeiro trimestre (antes se previa -2,4%), chegando a cair 9,8% no segundo (mais do que o dobro da queda no primeiro trimestre de 2009). Trata-se da maior queda, desde 1970, e será duas vezes pior que a de 2009. Inúmeras empresas quebrariam, e o desemprego ultrapassaria 6% (2,5 milhões). A redução da jornada de trabalho empurrará 2,4 milhões de empregados à semiparalisação. A salvação de empresas e bancos, por sua vez, elevará o déficit do Estado ao recorde de 159 bilhões de euros, em 2020.

Essa é a previsão do documento “*Economia em Choque – po-*

lítica financeira resiste”, apresentado ao governo alemão. Certamente, a locomotiva econômica da Europa não é a única ameaçada. Ao concentrar o capital financeiro, e os níveis de produção e comércio, impactará negativamente a tendência geral de desintegração de todo o continente.

União Europeia em desintegração

A Alemanha, Holanda, Bélgica e outros países propuseram a utilização do Fundo de Emergência Europeu-FEU (€ 410 bilhões), e esperar pelos resultados do “estímulo financeiro”, injetado pelo Banco Central Europeu. € 240 bilhões serão destinados a empréstimos, para proteger as finanças estatais, € 200 bilhões (do Banco Europeu de Inversões-BEI), para o resgate de empresas, e € 100 bilhões para subsidiar empresas, que apliquem planos de redução de jornada e salários.

No entanto, França, Espanha e Itália se negaram a aprovar esse plano, porque reforçaria o poder de polícia fiscal da Alemanha, de vetar emissões de eurobônus, e injeção de créditos, nos países que não cumprem as metas fixadas pelo FEU. Em outras palavras, não aceitam que o capital financeiro alemão condicione a retomada da atividade econômica e estabeleça suas metas. Propõem que seja criado um “fundo solidário” de € 330 bilhões, através de um “empréstimo efetivado pelos mercados financeiros”, que não exijam contrapartidas de controle de recursos fiscais, como os estabelecidos e regulamentados pelo Banco Central Europeu.

Na França, o Ministro das Finanças, Bruno Le Maire, disse que a pandemia afundará o país na pior recessão, desde 1945, e ultrapassará -2,2%, de 2008. A queda da atividade econômica nacional foi de -32%, e o PIB registrou queda de -6%, no primeiro trimestre, podendo chegar a -4% anual. Essa previsão, porém, pode ser revista. Isso explica por que o governo francês procura romper qualquer acordo que transfira parte da crise dos membros da União Europeia à economia francesa.

As fronteiras nacionais que sobreviveram às tendências centralizadoras do capital financeiro europeu – fundamentalmente alemão e francês – na época de relativa estabilidade econômica e política, passam agora a reforçar as tendências centrífugas das frações da burguesia nacionais, exigindo de seus Estados que se reforcem as barreiras alfandegárias e fiscais, para defender interesses particulares. Observa-se que a combinação das duas crises impulsiona a desagregação da União Europeia. Eis por que foi montado um acordo entre França e Alemanha, de injetar € 500 bilhões em ajuda para combater a pandemia. O certo é, porém, que as tendências centrífugas continuarão a imperar.

Nova etapa da guerra comercial

Os Estados Unidos recorreram à interceptação da compra de insumos médicos já vendidos à Alemanha, França e Espanha, oferecendo até três vezes mais pela aquisição de carregamentos. As potências europeias responderam, paralisando envios de mercadorias aos Estados Unidos, e reataram o comércio com China e Irã. Trump anunciou novas sanções comerciais, e altas tarifas alfandegárias para a Europa, ameaçando, inclusive, cortar o financiamento da OMS.

Esses choques se desenvolveram em meio à ruptura dos acordos entre a OPEP e a Rússia, de limitar a produção de petróleo. A

superprodução petrolífera pela Rússia, no contexto de queda do consumo e dos preços, atingiria a capacidade dos países árabes de frearem a derrocada econômica, e de agirem na região contra a influência síria e iraniana, países aliados da Rússia e China.

Essa medida prejudicava a capacidade de pressão dos EUA na região. Trump exigiu que a Arábia Saudita tomasse medidas. A queda dos preços levou à beira da quebra a produção de xisto nos EUA. Em parte, esse conflito explica a nova ofensiva do imperialismo norte-americano contra a Venezuela e o Irã, países produtores que servem à estratégia russa e chinesa.

O impasse foi conjunturalmente equacionado com o recente acordo entre a Rússia e Arábia Saudita, em reduzir a oferta de petróleo, para elevar os preços mundiais. Mas, a medida terá de passar pelos efeitos da crise em andamento.

Não há como recorrer às medidas comuns, quando se impõem medidas unilaterais de defesa de cada fração monopolista, e a luta pela repartição dos recursos naturais e mercados nacionais. Essa é a tendência geral presente na crise estrutural do capitalismo. Está aí por que a crise do petróleo, na atual conjuntura, impulsiona a militarização das relações políticas entre as potências mundiais, e projeta as tendências bélicas em larga escala.

“*As massas não ficarão passivas. O aumento da desagregação social e a destruição de suas condições de vida as impulsionarão ao combate pela recuperação de tudo o que lhes foi retirado, sob a máscara da “unidade nacional” para derrotar a pandemia.*”

América Latina mergulha na barbárie

A Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) prognosticou uma queda entre 1,8% e 4% do PIB regional, o que se traduz na queda de volumes e preços das exportações agropecuárias e minerais. A queda do preço do petróleo atinge, particularmente, os principais países produtores, como México, Venezuela, Colômbia e Brasil.

Para a CEPAL, as principais economias afetadas são México, Brasil, Argentina, Chile e Colômbia, que, não apenas dependem da exportação de bens primários e commodities, como se acham diante do fechamento das fronteiras às exportações de produtos e bens manufaturados, que tinham por mercados o Mercosul, América Central, União Europeia e os Estados Unidos. A queda nas importações da China (provedor de 7% de insumos semielaborados da região) agravará o quadro recessivo geral. O quadro é ainda pior para aqueles países que sobrevivem do turismo. A crise sanitária paralisou os transportes, comércio e serviços. Eis por que Bahamas, Barbados, Cuba, Haiti, Jamaica e República Dominicana verão suas economias caírem -25%.

Nas economias nacionais, as tendências recessivas atingiram mais violentamente o comércio, transportes, serviços e as empresas públicas, que reúnem 64% do emprego formal da região. E recaem sobre as atividades informais, que abrangem 53% da força de trabalho. Estima-se ainda que cairá, em aproximadamente 7%, o número de horas trabalhadas, devido à redução da jornada. É o equivalente a 195 milhões de empregos de jornada integral (48 horas semanais), ou 230 milhões (40 horas semanais). No mundo, 81% da força de trabalho se verá afetada pela paralisia (2,7 bilhões).

Esse quadro estarrecedor evidencia o quanto a força de trabalho mundial já está pagando pela derrocada do capitalismo. Piora o quadro na América Latina, onde mais de 50% da força de trabalho é precarizada, terceirizada ou compõe o trabalho informal. Segundo a CEPAL, por sua vez, a perda salarial atin-

giria 7% da população economicamente ativa (PEA), a pobreza crescerá 4%, e a pobreza extrema, 2%.

A crise econômica em andamento impulsionará ainda mais a miséria e a destruição física e intelectual da força de trabalho, após passada a pandemia. As massas oprimidas irão arcar com o desemprego, subemprego e a destruição de direitos, para que os capitalistas retomem seus lucros, e terão de pagar com seu sangue as dívidas dos Estados nacionais. A constatação de que a fome mata mais que qualquer vírus é a comprovação prática que os explorados extraem de sua própria experiência.

Retomar o caminho dos levantes operários e populares

É dever da vanguarda, denunciar e combater cada medida do governo, e cada traição das direções sindicais, demonstrando às massas como a burguesia e seus governos se aproveitam do pânico e da paralisia para destruir direitos trabalhistas, reduzir salários e romper contratos coletivos. É necessário ainda demonstrar como é que a crise de direção revolucionária, e a falta de frações classistas organizadas no seio do proletariado, favorecem a política e as manobras da burguesia, de se apoiar nos aparatos burocráticos e nas direções sindicais traidoras, para impor o imobilismo, e bloquear as suas explosões instintivas.

Permanecem acesas as tendências de luta das massas, de se defenderem contra os ataques com métodos radicalizados de luta. Os levantes operários e populares de fins de 2019 demonstraram que se vêm acumulando, no seio dos explorados, as con-

dições para novas explosões. As massas não ficarão passivas. O aumento da desagregação social e a destruição de suas condições de vida as impulsionarão ao combate pela recuperação de tudo o que lhes foi retirado, sob a máscara da “unidade nacional” para derrotar a pandemia.

Está colocada a tarefa de preparar as condições para o retorno ao trabalho. A vanguarda com consciência de classe deve fazer a campanha pela convocação das assembleias gerais e de fábrica, para que a classe operária possa decidir e definir coletivamente como defender suas vidas, recuperar as perdas durante a crise sanitária, e avançar na luta contra a burguesia e seus governos.

No momento em que a crise sanitária expõe abertamente a decomposição capitalista, a vanguarda marxista-leninista-trotskista tem um terreno aberto, para vincular a luta pelas reivindicações emergenciais à luta pela transformação da grande propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, trabalhando para que os explorados compreendam a necessidade de impor o controle operário da produção.

Um passo que se dê nesse sentido, se criarão as condições para a vanguarda avançar no objetivo histórico de superação da crise de direção revolucionária, erguendo o partido marxista-leninista-trotskista. Tudo indica que os explorados se chocarão com os aparatos da burocracia sindical e do reformismo, e procurarão a via da revolução proletária. Novas e melhores condições se abrirão no próximo período, para que o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional ocupe a linha de frente pela constituição do Partido Mundial da Revolução Socialista.

Retrato da barbárie nos Estados Unidos

Massas 607 - POR Brasil

A maior potência mundial conta com o maior número de infectados e mortos pela pandemia. As notícias começam a mostrar que os negros e latinos são os mais atingidos. A pobreza e a miséria servem melhor de habitat a todo tipo de vírus. Uma das notícias, do jornal Washington Post, demonstra que 40% das mortes causada pelo Covid-19, em Michigan, são de negros, apesar destes representarem apenas 14% da população local. Segundo o New York Times, 70% dos mortos em Louisiana era de negros, apesar de ser minoria na população do estado. Em Chicago, uma das maiores cidades dos Estados Unidos, metade dos infectados é de negros, e o número de mortos corresponde a 72% do total, embora representem apenas 1/3 da população. Esses foram contabilizados quando os mortos chegavam a 14.600, no País. No momento em que escrevemos essa nota, dia 9, esse número tétrico saltava para 15.938.

A radiografia dos mortos, por classe social, pobreza, miséria, desassistência médico-hospitalar, certamente, é a melhor forma de explicar a virulência da pandemia. Os negros e hispânicos são os mais atingidos, porque são os mais discriminados, econômico e socialmente. As estatísticas mostram que arcam com os trabalhos mais pesados, com os salários mais baixos, com os maiores índices de desemprego e subemprego, com as moradias mais insalubres, com a falta de cobertura do sistema de saúde, etc. Não é por questão de raça que estão sendo mais atingidos, mas por pertencerem ao proletariado, e às suas camadas mais oprimidas. A discriminação racial histórica é reflexo da divisão de classes no capitalismo.

A mais poderosa potência mundial não pôde e não poderá superar a discriminação aos negros, porque concentra as mais

profundas contradições do capitalismo. Diante da crise econômica, que retoma o seu curso aberto em 2008, Trump, Congresso e o Banco Central dispuseram de mais de US\$ 4 trilhões, em apoio ao capital financeiro e aos monopólios industriais e comerciais. Os explorados terão de se contentar com migalhas, e pôr a mão para o céu, à espera de algum milagre que não virá.

O problema não para aí. A defesa do grande capital, que também ocorre na Europa e no Japão, resultará em maior opressão sobre as nações semicolônias. As consequências para as massas mundiais já estão sendo calculadas, pelo número de demissões e avanço da miséria. A barbárie social que o coronavírus faz saltar à vista nos Estados Unidos é a mesma que se observa no Equador, com os corpos dos miseráveis jogados nas ruas.

A pandemia não faz senão ressaltar a decomposição mundial do capitalismo da época imperialista. As massas, se quiserem se defender, terão de lutar com todas suas forças pelas reivindicações mais elementares de emprego e salário. Terão de se rebelar diante das violentas medidas desfechadas pelos governos. A vanguarda com consciência de classe, por sua vez, terá de se empenhar com toda energia em vincular as reivindicações básicas com o programa da revolução proletária, em transformar a revolta instintiva dos explorados em consciência revolucionária. A barbárie social vai se potencializar ainda mais no próximo período. A resposta internacionalista do proletariado é a da expropriação da burguesia, e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Para isso, a vanguarda tem pela frente o gigantesco trabalho de ir superando, dia a dia, a crise de direção, construindo o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Equador espelha a barbárie na América Latina

Massas 607 - POR Brasil

A CEPAL afirmou, recentemente, que a crise sanitária afundaria o PIB da América Latina. De forma que, em menos de dois meses, o prognóstico passou, de crescimento (1,3%), para o de recessão (de até -4%). Antes de a pandemia estourar, a CEPAL anunciava que a economia regional teria seu pior desempenho em cinco décadas. Ou seja, os cortes no gasto público preparavam as bases, sobre as quais a vasta miséria e pobreza permitiria o Covid-19 desenvolver todo seu potencial infeccioso.

A experiência demonstra, portanto, que a base material da pandemia advém da submissão das nações semicoloniais ao imperialismo, que obstaculiza o desenvolvimento de suas forças produtivas internas, e as submetem à destruição de parte das forças produtivas mundiais. Pesam decisivamente as gigantescas dívidas externas e públicas. O que impossibilita qualquer iniciativa de investimento. Nenhum governo burguês semicolonial cumpre, nem cumprirá, a recomendação de investir montantes suficientes em saúde e em melhorias às condições de vida, enquanto prevalecerem os interesses do capital financeiro.

“ *Após a pandemia, e com a volta ao trabalho, os explorados se unirão em torno a um plano de emergência próprio. Terão de vencer a barreira da burocracia sindical e das forças reformistas; de recuperar os sindicatos para a luta de classes; e de constituírem organizações de frente única.*

Eis por que a pandemia continuará a realizar estragos nas economias e nas massas. Não por acaso, a crise sanitária irá atingir 64% do emprego formal, e 53% do informal. Centenas de milhões de horas de trabalho serão desperdiçadas, por não poderem ser aproveitadas para movimentar setores estratégicos, ou aplicá-las em novos empreendimentos produtivos, orientados à investigação e produção de medicamentos, maquinário, etc.

O Equador se destacou, na América do Sul, como exemplo de como a destruição da economia, dos empregos e condições de vida, em favor do parasitismo financeiro, e se reflete, na conjuntura de crise pandêmica, como barbárie social absoluta.

Lembremos que, em outubro de 2019, um levante popular se insurgiu contra o plano de privatizações, de cortes orçamentários e pagamento de dívida externa. A crise revolucionária foi fechada, após o governo fazer um acordo com o movimento indí-

gena (a maioria nacional) para desmontar as mobilizações. Mas, a economia dolarizada e dependente da venda de petróleo estava comprometida completamente às movimentações do capital financeiro. Semanas depois do acordo que desativou o levante popular, o governo de Lênin Moreno passou a apresentar novos cortes orçamentários, impostos sobre assalariados, e pagamento da dívida externa.

Esses fatores explicam por que a pandemia achou um vasto mar de miséria, e um Estado incapaz de responder com mínimas garantias contra os estragos da doença. A falta de equipamentos, leitos, hospitais (produto do sucateamento e destruição da saúde pública), e a estarrecedora miséria constituíram, assim, a base material da decomposição social. A imagem mais estarrecedora da barbárie foi a dos corpos jogados pelas ruas. Diante da impossibilidade de as famílias contarem com leitos para internar seus parentes, que acabavam morrendo sem nenhuma assistência, os corpos eram despejados na rua, por medo ao contágio dentro da família. Passavam-se até 4 dias, na falta de veículos e pessoal médico, até que as equipes de saúde conseguissem retirar os mortos. Na última semana, 130 cadáveres foram recolhidos das ruas. Isso aconteceu fundamentalmente nos bairros populares. Assim se passou, enquanto o governo pagava US\$ 340 milhões aos credores internacionais.

Certamente, o toque de recolher – entre 14 horas e 5 da manhã –, longe de representar uma medida do Estado para proteger as massas, evidenciou a impotência da burguesia equatoriana, e de seu governo, em proteger minimamente as massas. Pelo contrário, se pretendem preparar as condições ditatoriais para evitar explosões dos explorados. Perante o abismo da barbárie, o Estado e a burguesia vão reforçando seu estado policial.

O que se passa no Equador é a amostra mais brutal do que se passa com os países semicoloniais, que se subordinam às orientações dos Estados Unidos, União Europeia e suas instituições, como o FMI. Diante desse quadro, a política do proletariado é a superar a passividade, e passar à ofensiva, pela proteção da força de trabalho. Após a pandemia e com a volta ao trabalho, os explorados se unirão em torno a um plano de emergência próprio. Terão de vencer a barreira da burocracia sindical e das forças reformistas; de recuperar os sindicatos para a luta de classes; e de constituírem organizações de frente única. Essa tarefa deve vir acompanhada do trabalho de construir os partidos marxista-leninista-trotskistas. Somente uma direção proletária revolucionária poderá orientar o combate das massas contra a burguesia e seu Estado.

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
 Federação do Comitê de Enlace para a Reconstrução da Internacional
 Av. dos Paraisópolis, 100 - São Paulo - SP - 05315-000

Agrava-se a crise mundial do capitalismo
Somente o proletariado pode encarnar o programa da revolução socialista
 Em resposta à guerra comercial e às contrarreformas impostas pela burguesia, desenvolver as tendências de luta dos explorados, com suas reivindicações, método da ação direta e organização independente

Leia o Boletim Internacional do Comitê de Enlace
 A edição nº 27, agosto, analisa o avanço da crise mundial e seus reflexos na América Latina.
 O Boletim é um instrumento voltado à reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

SANÇÃO DE TRUMP À OMS

Responder à prepotência dos Estados Unidos com a frente única anti-imperialista

16 de abril de 2020 - Massas 608 - POR Brasil

A suspensão de US\$ 400 milhões à Organização Mundial da Saúde (OMS) tumultuou o já conturbado conflito interimperialista. A União Europeia (UE), China e Rússia criticaram, cada um a seu modo, o cumprimento da ameaça feita pelo governo norte-americano há alguns dias atrás. Em particular, a China assinalou que a suspensão da contribuição dos Estados Unidos, não apenas “*reduz a capacidade da OMS*”, mas também “*mina a cooperação internacional contra a epidemia*”. O diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, foi diplomático, “*lamentando a decisão*”, pedindo união “*contra uma ameaça comum*”. Menos veludoso, o editor-chefe da revista médica Lancet conclamou: “*Todo cientista, todo profissional de saúde, todo cidadão deve resistir e se rebelar contra essa escandalosa falta de solidariedade global*”. Não faltaram críticas de personalidades norte-americanas, como a do diretor do Centro de Controle e Prevenção de Doenças, dos EUA.

Trump, no entanto, contou, como aliado, com o vice-primeiro Ministro do Japão, Taro Aso, que afrontou a OMS, acusando-a de ser uma “Organização da saúde da China”. Segundo informações, os descontentes com a orientação política de Tedros já colheram cerca de 1 milhão de assinaturas online, pedindo a renúncia do diretor-geral da OMS. Trump e Japão denunciaram a OMS, por proteger a China, como se esta tivesse ocultado dados da epidemia, no momento em que eclodiu o coronavírus em Wuhan. Trump acusou a OMS de se ter atrasado em declarar o surto do covid-19 na China como pandêmico. No fundo da denúncia, está o objetivo de Trump de responsabilizar a China pela proliferação do coronavírus em todo o mundo. Em outras palavras, Trump potencia a guerra comercial, sob a cobertura da pandemia.

A divisão interburguesa internacional, com suas versões nacionais, passou e passa pela forma como se deveria realizar o isolamento social. A OMS instituiu o confinamento geral, contrariando a posição do governo norte-americano. Trump esboçou uma resistência, desprezando a morbidade da pandemia. Não demorou a mudar de opinião, diante da avassaladora infecção e morte de americanos. Confirmou-se o prognóstico da OMS, de que os Estados Unidos seriam o epicentro da pandemia. Isso do ponto de vista da crise sanitária. O outro lado da medalha é a de que recolocaria a maior potência no centro da crise econômica mundial.

Trump, de uma hora para outra, se viu diante de 16 milhões de trabalhadores, em apenas três semanas de março, buscando o auxílio desemprego. Estima-se que as demissões, em abril, superarão 20 milhões de americanos. De uma taxa de 3,5% da força de trabalho desempregada, possivelmente, se chegará a 15%. Analistas afirmam que é a mais veloz onda de demissões, desde 1948, já que, em uma semana, 6,6 milhões de postos de trabalho foram fechados. Parece realista a previsão de que os Estados Unidos despençarão, de um crescimento de 2,3%, para menos de 4% a 5%. O Banco Central (Federal Reserve) dispôs US\$ 2 trilhões, para crédito e compra de títulos. Outros US\$ 2 trilhões serão manejados pelo Tesouro Nacional, com a aprovação do Congresso.

Tudo indica que a economia mundial entrará em recessão, cain-

do 3%, em 2020. A China, segundo o FMI, sofrerá um baque brutal, terá um crescimento positivo de apenas 1,2%. A União Europeia, que esperava crescer 1,4%, sofrerá uma queda de 1%. E a América Latina, também segundo o Banco Mundial, se verá diante do crescimento negativo de 4,6%. Embora essas estimativas possam ser modificadas, é inevitável uma profunda recessão global.

É nesse marco que Trump sente o peso político de milhares de contaminados e mortos. Nesse momento, são 676.676 e 34.784, respectivamente. É bem conhecida a gravidade da ausência de um sistema público de saúde, de um lado, e a selvagem mercantilização promovida pelo seu sistema privado. A pandemia escancarou a ausência de proteção elementar aos pobres e miseráveis. A mortandade vem recaindo sobre negros e imigrantes. A barbárie capitalista é estampada, sem retoques, na nação mais rica e poderosa do planeta.

“ *O dilema entre proteger vidas e destruir a economia emerge das contradições da sociedade de classes, e do capitalismo em decomposição. De qualquer maneira, são os explorados, as principais vítimas das crises sanitária e econômica combinadas.* ”

Trump foi forçado a ajustar seu governo à diretriz da OMS. Esse acontecimento expôs a perda do controle sobre esse organismo da ONU pelos Estados Unidos. O imperialismo hegemônico exige que todas as instituições internacionais estejam alinhadas às suas determinações. Como maior financiador, os Estados Unidos não toleram orientações que passem por fora de seu controle. O governo de Trump, surpreendido pela rapidez com a pandemia se alastrou no território americano, culpabilizou a China. A OMS teria sido cúmplice do governo chinês, ao ocultar o fato na sua origem. Tudo indica que o conflito não se limita à China. A orientação da OMS, de recorrer ao isolamento social geral, como o único recurso disponível, foi influenciada pelos países europeus, que foram os primeiros a sentirem o impacto da pandemia. A atitude inicial de Trump, de desconsiderar a gravidade da transmissão do vírus, indica que não estava de acordo com as diretrizes da OMS.

É compreensível que, no Brasil, o presidente Bolsonaro tenha afirmado, inicialmente, que o coronavírus não passava de uma “gripinha”. E que tenha se colocado contra a orientação da OMS. O governo brasileiro, seguindo os passos de Trump, atacou a China, por meio do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo. De forma grosseira, mas franca, Bolsonaro advogou a posição de que, entre morrerem pessoas acometidas pelo coronavírus, e se manter a economia funcionando, a segunda opção era a mais correta. Certamente, não só o governo norte-americano, mas outros governos, como o do Japão, se apoiaram e se apoiam nessa disjuntiva.

Trump resolveu atacar materialmente a OMS, no momento em que o isolamento social e o fechamento de fronteiras provocavam

paralisa econômica e demissão em massa. Situação em que a orientação da OMS se tornava insustentável, embora a pandemia não tivesse sido controlada. As forças econômicas não têm como ser, em boa parte, paralisadas por muitos dias. Pressionada, a própria OMS passou a admitir casos em que se aplicaria o isolamento seletivo. Nenhuma instituição internacional e nenhum governo sabe o que vai acontecer no dia de amanhã, com o retorno à normalidade econômica e social. O que indica que alguns países começam a flexibilizar o distanciamento social, enquanto outros prorrogam a quarentena. Os estragos na economia e nos empregos estão sendo avaliados, com maior ou menor precisão. As pressões dos Estados Unidos sobre a OMS sinalizam o horizonte da guerra comercial mais encarniçada entre as potências, tendo como norte a dos Estados Unidos com a China. Os países de economia atrasada, semicoloniais, serão ainda mais afetados pelo saque imperialista.

A suspensão da verba norte-americana à OMS empalidece, se comparada com outras arbitrariedades e com a prepotência dos Estados Unidos. O cerco econômico à Venezuela, Cuba e Irã é o mais verdadeiro “crime de humanidade”. Os Estados Unidos chegaram ao ponto de embargar materiais médico-hospitalares a Cuba, enviados pela China. Esses exemplos evidenciam o imperativo da maior potência sobre a pandemia. Nem mesmo numa situação de crise sanitária universal, Trump permitiu um afrouxamento nas medidas econômico-financeiras, que empurram países inteiros à desintegração. Em pleno horror causado pelo coronavírus, Trump pôs a prêmio a cabeça das principais figuras do governo venezuelano, acusadas, sem provas, de narcotraficantes. O imperialismo ianque espera criar as condições internas e internacionais para intervir militarmente nesses países.

Na base desses conflitos estão as leis históricas e econômicas, que vêm decompondo o capitalismo e potenciando a barbárie social. Não por acaso, o parâmetro comparativo da crise instaurada sob a pandemia tem sido a Grande Depressão, que antecedeu a Segunda Guerra Mundial. O fechamento massivo de postos de trabalho em todo o mundo, e o aumento exponencial do desemprego, refletem o bloqueio das forças produtivas, submetidas às relações monopolistas de produção, e à supremacia do capital financeiro, bem como à sua compressão pelas fronteiras nacionais. É sintomática a desagregação da União Europeia, e a recomposição de obstáculos levantados pelas fronteiras nacionais, que pareciam ter sido removidos, ao ponto de elas caminharem para o seu desaparecimento definitivo.

A substituição da diretriz do multilateralismo do governo Obama pelo unilateralismo de Trump refletiu, em grande magnitude, essas contradições, ao ponto de Trump lançar a bandeira de guerra comercial. As pressões do governo republicano sobre a OMS são parte das dirigidas à ONU, OMC, OTAN, etc. Trazem intrinsecamente a escalada bélica, que mal se oculta sob a sombra da crise pandêmica. É bom lembrar que, pouco antes, Trump ordenou um ataque militar a autoridades do Irã e Iraque, consideradas terroristas. Esse curso não foi interrompido, apenas submergiu momentaneamente. Será retomado em uma situação mais explosiva, desde a crise mundial de 2008-2009.

Não se pode esconder que a OMS, por ser um organismo da ONU, expressa a política do imperialismo, que a utiliza como instrumento de penetração nos países de economia atrasada, principalmente nos

mais pobres e miseráveis. Acabará se ajustando às exigências dos Estados Unidos, que pretendem reformá-lo, segundo as intenções de Trump. Não será surpresa se a OMS se sujeitar à guerra comercial dos Estados Unidos com a China. A importância do conflito está em que evidencia o próprio declínio da potência norte-americana. O que impulsiona as tendências bélicas do imperialismo.

A experiência está mostrando que o isolamento social compareceu como o único recurso, utilizado pelos governos, para diminuir a força destruidora da pandemia. Seu alcance é limitado pelas condições econômicas e sociais de cada país. O dilema entre proteger vidas e destruir a economia emerge das contradições da sociedade de classes, e do capitalismo em decomposição. De qualquer maneira, são os explorados, as principais vítimas das crises sanitária e econômica combinadas.

A pandemia se alimenta da pobreza e miséria das massas, embora atinja todas as classes sociais. A imensa maioria não tem como se proteger da letalidade do vírus e das consequências econômicas do capitalismo em declínio. Suas vidas estão nas mãos dos capitalistas, e dos governos que os servem. Dependem, portanto, da lucratividade de seus escravizadores. A falência da saúde pública, o predomínio da saúde privada, e o monopólio da indústria químico-farmacêutica favorecem a alta letalidade da pandemia, que recai sobre os pobres e miseráveis. Há recursos econômicos e científicos em abundância, mas que não podem ser utilizados em favor das massas. Restringem-se à minoria burguesa e à camada alta da clas-

se média. Em toda a parte, se assistem os ricos se socorrendo dos caros tratamentos privados, e os pobres infectados dependendo de uma vaga nos hospitais públicos, via de regra sucateados. O teste-munho de médicos e enfermeiros, sobre o drama de ter de escolher quem vive e quem morre, espelha a que ponto chegou a barbárie capitalista.

O proletariado – acuado pela contaminação, e desorganizado pela política de conciliação de classes de suas direções sindicais e políticas – ficou e está imobilizado. Esse é o problema fundamental do momento. Não pôde identificar a incapacidade da burguesia em proteger os explorados, e agir diante das nefastas consequências das crises sanitária e econômica. Não sabemos se poderá reagir imediatamente, assim que retornar à produção. As demissões e o desemprego vão ser usados pelos capitalistas para obstaculizar as lutas. A vanguarda com consciência de classe tem de redobrar seus esforços para mostrar o caminho da luta contra as demissões, desemprego, subemprego, miséria e fome. Terá a seu favor as evidências de que a política de conciliação de classes é a principal responsável pela desorganização do proletariado, justamente quando mais precisava da ação coletiva.

O plano de emergência próprio dos explorados é a base sobre a qual a classe operária se erguerá contra a burguesia e seu Estado. A luta pela constituição de uma frente única anti-imperialista se imporá imediatamente. A vanguarda com consciência de classe tem o dever de fazer um balanço sobre a crise de direção revolucionária e se colocar pela reconstituição do Partido Mundial da Revolução Socialista. Essa tarefa irá se materializando, na medida em que a classe operária se rebelar instintivamente, e identificar em seu seio o programa da revolução proletária, encarnado pela vanguarda marxista-leninista-trotskista.

“ *O proletariado – acuado pela contaminação, e desorganizado pela política de conciliação de classes de suas direções sindicais e políticas – ficou e está imobilizado. Esse é o problema fundamental do momento. Não pôde identificar a incapacidade da burguesia em proteger os explorados, e agir diante das nefastas consequências das crises sanitária e econômica.* ”

EUA: Epicentro da Crise Sanitária e Econômica

Massas 609 - POR Brasil

A maior potência econômica mundial é o centro da crise econômica, e se tornou o centro da crise sanitária. No dia 7 de abril, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou uma projeção, que indicava a redução, no segundo trimestre de 2020, de 6,7% das horas de trabalho globais, o equivalente a 195 milhões de jornadas de trabalho. Essa mesma organização estimou, à época, que, somente no primeiro trimestre deste ano, haveria um aumento de 30 milhões de desempregados no mundo, maior, portanto, do que na crise de 2008, quando desempregou cerca de 25 milhões. Nove dias depois, os Estados Unidos anunciaram que, em apenas um mês, 22 milhões de pessoas haviam solicitado o auxílio desemprego, praticamente o mesmo número de empregos gerados, desde 2008.

Como se vê, a projeção da OIT está muito aquém dos números reais, mas permitem ter uma dimensão da magnitude incomparável dessa crise, e seus desdobramentos sobre os Estados Unidos. O banco da Reserva Federal, de St. Louis, estima que 67 milhões trabalham em setores sob alto risco de sofrer layoffs, e que 47 milhões de empregos poderão ser perdidos. Estima-se, também, que a taxa de desemprego chegue a 32%, superando a marca histórica de 25%, alcançada na crise de 1929. Além disso, chama a atenção o barril do petróleo comercializado nos EUA (WTI) ter alcançado a desvalorização recorde de 306% na bolsa de Nova York, passando a ser comercializado a US\$ 37 negativos.

O FMI projeta uma retração do PIB mundial de 3%, no ano de 2020 (superior aos 1,7% de 2009, segundo o Banco Mundial), e trata a crise como algo passageiro, anunciando potencial “recuperação”, com crescimento do PIB de 5,8%, no ano de 2021. De fato, é possível que o PIB mundial cresça após uma queda acentuada, trata-se de uma tendência já observada. Um aumento superior a 4% em 2010 seguiu, por exemplo, a retração de 2009. Trata-se, no entanto, de crescimento em cima de escombros de economias, principalmente dos EUA, mas também da Europa e China.

Caso se confirme a retomada, não haverá, porém, recuperação na condição de vida e trabalho dos explorados. O número massivo de desempregados, gerado pela crise, rebaixará o valor da força de trabalho, e tem potencial para facilitar o afrouxamento, ou mesmo a supressão, das regulamentações trabalhistas ainda existentes. O capitalismo, que já não é mais capaz de ampliar suas forças produtivas em sua fase de decomposição, fará a “recuperação econômica” por meio do ataque direto aos explorados.

A redução brusca dos índices de produção industrial de vários países indica a paralisação e, em alguns casos, destruição, de forças produtivas, em decorrência da crise econômica, acelerada pelas medidas de isolamento social. Com o fim da pandemia, a tendência é a reposição de parte das dezenas de milhões de empregos perdidos, como expressão da reconstituição das forças produtivas, antes paralisadas ou destruídas. Tais empregos, porém, serão repostos em uma condição qualitativamente inferior à anterior, e, evidenciarão o avanço da barbárie e do saque aberto aos explorados.

Observa-se que o impacto será maior sobre a juventude oprimida, negros e latinos. As faixas etárias de 16 a 19, e de 20 a 24 anos, foram as que tiveram o maior aumento, em pontos percentuais, do número de desempregados nos EUA. Ao todo, os índices de desemprego para essas duas faixas etárias foram respectivamente de: 14,3% e 8,7%, apenas em março. Para esse mesmo mês, cerca de 1,6% dos latinos passaram a integrar a estatística dos desempregados, em contraste com o acréscimo de 0,9% da população como um todo. A taxa de desempregados dentre a população negra se manteve em 6,7%, significativamente superior aos

4% da população branca. Sendo esses dados referentes ao mês passado, certamente o quadro atual é ainda mais crítico.

Além das grandes proporções da crise econômica, os Estados Unidos também vêm sendo abatidos enormemente pela crise sanitária, onde, disparado, é o país com maior número de contaminados e de óbitos pelo novo vírus. Dentre os mortos, novamente segue em maior acometimento a população mais oprimida: negros e latinos. Num país cujo atendimento médico é praticamente privatizado, sendo financiado pelo governo federal a uma ultraminoria, e restrito, quase que exclusivamente, a atendimentos ambulatoriais, a pandemia do capitalismo enterra mais o contingente que não pode pagar pelos serviços médicos.

O alto desenvolvimento das forças produtivas, como a dos Estados Unidos, não pode ser convertido em proteção à vida das dezenas de milhares de trabalhadores, que enfrentam a dor da morte, seja pela doença, seja pela miséria e fome. A força de trabalho é mais exaurida, pesa sobre seus ombros a maior expropriação e opressão, impostas pelo capital financeiro. É na maior economia do mundo onde estão mais latentes as contradições sociais e econômicas do capitalismo.

Em meio à incapacidade da burguesia norte-americana de controlar a disseminação de um vírus, expõe-se o retrocesso causado pelo capitalismo, em sua fase de decomposição. Isso porque o homem é fruto da natureza, mas o é na condição de quem a domina, no entanto, entranhado nas relações de produção. Com base na exploração da força de trabalho, o homem volta à frágil condição de vulnerável às vicissitudes da natureza.

Os enormes avanços tecnológicos, as “maravilhas” da sabedoria humana no campo científico, genético, fármaco químico, as gerações mais modernas de aparelhagem hospitalar, não podem servir para conter a fúria de um novo vírus, não podem servir para o controle da virulenta manifestação da natureza, porque a exploração e o lucro se colocam entre o homem e a natureza. É assim que os laboratórios reclamam suas patentes, e não disponibilizam informação para a criação de vacina. É assim que um leito e um simples respirador mecânico viram artigo de leilão: leva quem pagar mais. É assim que, em baús frigoríficos, se empilham corpos dos miseráveis, posteriormente despachados em valas comuns.

No capitalismo, em sua fase última, estão decompostas as condições do homem manter milênios de seu próprio desenvolvimento. O homem alcançou o estágio de controle da natureza por meio do trabalho. Nesse processo, se transformou e formou a si mesmo, e nesse fenômeno, transformou as relações sociais de exploração e opressão no maior bloqueio à manutenção do desenvolvimento humano e social, com base na não aplicação generalizada das forças produtivas existentes, e, principalmente, com base no não avanço em seu desenvolvimento, que apenas se dará quando a produção e sua apropriação forem coletivas.

Até esse momento, a humanidade está sujeita às diferentes e entrelaçadas crises. A saída ensaiada pela burguesia não fará mais que arquitetar e postergar uma crise ainda maior e mais intensa. A burguesia poderá, em algum momento, encontrar a vacina para a pandemia, mas não virá dela a solução definitiva para essa sociedade enferma. Não há solução sob o reino da anarquia da produção, que, inevitavelmente, manterá o ritmo da superprodução. Somente a classe operária, dirigindo a maioria oprimida, poderá libertar as forças produtivas e proporcionar a libertação da humanidade, por meio da revolução social.

O temível coronavírus chegou

Massas 2623, 20 de março de 2020 - POR Bolívia

Para a burguesia e seus governos, saúde e educação sempre foram um patinho feio na aprovação de orçamentos.

Com razão, o pânico se apodera da população, que sabe que nosso precário sistema de saúde pública, permanentemente em colapso e sem recursos, não tem condições de enfrentar o vírus, se ele começar a se espalhar.

Como todas as epidemias, passará deixando sua seqüela de morte, como aconteceu com o vírus H1N1, ou como está acontecendo com a dengue, em Santa Cruz.

Nossa única defesa são as medidas de isolamento para tentar impedir sua propagação.

Além da própria doença, as consequências mais graves dessa pandemia serão econômicas.

O coronavírus agravou a crise capitalista. O aparato produtivo mundial semiparalisado determinou a queda nos preços do petróleo e das matérias-primas, que afetarão seriamente a fraca economia nacional. A burguesia procurará descarregar todo o peso da crise nas costas dos explorados.

Agora, mais do que nunca, é imperativo que os trabalhadores e demais oprimidos organizem e recuperem nossa união e independência política, para enfrentar a burguesia e seu governo.

Que a crise seja paga pelos ricos!

Crise do coronavírus mostra a incapacidade do Estado burguês boliviano, seu governo e a demagogia eleitoreira dos politiquieiros democratizantes e massistas

Masas 2623, 20 de março de 2020 - POR Bolívia

Os bolivianos devem exigir um orçamento maior para a saúde, para poder enfrentar os efeitos do vírus e de outras doenças.

10 casos já foram oficialmente notificados por coronavírus na Bolívia, e o mesmo chegou para ficar e conviver com os bolivianos, como o fazem o H1N1, HIV, dengue, etc. e, exatamente como estes, afetará milhares de pessoas, independentemente de serem formalmente diagnosticadas ou confirmadas por profissionais médicos. É o que acontece com a dengue, que provocou, nesta gestão de 2020, 12 mortes, 7.879 casos foram confirmados, e há 42 mil casos suspeitos.

Para os governos burgueses, saúde e educação são algo secundário. A consequência é o nosso precário sistema de saúde.

Os médicos fizeram greves, marchas, paralisações, exigindo mais equipamentos, insumos e infraestrutura, exigindo 10% do orçamento geral do Estado para investir em saúde.

É realmente ultrajante saber que o Estado destinaria apenas US\$ 3 milhões para enfrentar o coronavírus, enquanto que para as eleições presidenciais, de maio de 2020, alocará quase US\$ 29 milhões. Como sempre, teve de implorar a cooperação internacional de US\$ 100 milhões para enfrentar a crise.

Áñez e Doria Medina gastarão mais em sua campanha eleitoral do que o Estado boliviano gastará com seus próprios recursos para enfrentar o coronavírus. A aliança JUNTOS gastará US\$ 4 milhões, em sua campanha para essas eleições; Mesa não está muito atrás, e destinará US\$ 2 milhões, e o MAS gastou nas eleições passadas cerca de US\$ 70 milhões.

Os politiquieiros que procuram assaltar o Estado burguês fazem campanha eleitoral, usando a pandemia. Os masistas impostores, que maneiram o poder por 14 anos, e que não estavam interessados em resolver o problema de saúde, agora gritam, exigindo fechamento de fronteiras, suspensão de aulas nas escolas, provocam pânico, se mostram indignados. Imediatamente depois, Jeanine Áñez aprova o que é recomendado pelos masistas, mas sem destinar o orçamento suficiente para a saúde. Sosa, em Santa Cruz, anunciou que já havia um hospital pronto para atender qualquer emergência,

mas acontece que o referido hospital não conta com pessoal, nem com equipamentos e insumos de biossegurança necessários.

A via-sacra de uma paciente com coronavírus, em Santa Cruz, mostrou de corpo inteiro a falência do sistema público de saúde, a falta de um plano nacional de contingência para o coronavírus, e a total incapacidade institucional para atender essa emergência.

A população em pânico, junto aos funcionários dos hospitais, bloqueou a entrada de enfermos do coronavírus nos centros de saúde de seus bairros. Eles temem, porque sabem que não têm capacidade para atender as emergências de coronavírus, já abarrotados de pacientes com dengue, o que facilitaria a disseminação do vírus. Esse tipo de reação, de pânico somando ao descontentamento, coloca em xeque os planos do governo.

Os politiquieiros fascistas do governo indicam que não permitirão bloqueios, e reprimirão para garantir o atendimento aos doentes.

É necessário exigir um orçamento suficiente para a saúde, que permita combater, não apenas o coronavírus, mas também a dengue, o H1N1, e muitas outras doenças. No caso concreto do coronavírus, um elemento central é o reforço da vigilância das síndromes respiratórias, fortalecendo os centros de saúde de atenção primária, ou seja, os postos de saúde nos bairros populares, criando-os onde não existem. São necessários hospitais especializados para o atendimento, com pessoal médico contratado e capacitados, equipamento, tecnologia, medicamentos e suprimentos, coisa que não existe. Por outro lado, é necessário que o Estado distribua gratuitamente, em cada uma das residências, sabonetes desinfetantes, álcool em gel, garanta acesso à água e materiais de limpeza doméstica. O mesmo nas indústrias e empresas públicas e privadas, etc.

Se o Estado capitalista e seu governo são incapazes de atender às necessidades de saúde do povo, a burguesia deve ser expulsa do poder, e um novo governo de operários e camponeses deve ser instaurado, que coloque a saúde e a educação como a principal obrigação do Estado operário.

Que a crise agravada pela pandemia do coronavírus seja paga pelos ricos!

Morte à burguesia entreguista!

Massas Extra, 30 de março de 2020 - POR Bolívia

A pandemia do Covid-19, iniciada na China, eixo da produção mundial, tem paralisado o mundo.

As suas consequências mais graves, além das mortes por onde passa, serão econômicas, e recairão sobre as costas esqueléticas da maioria explorada e oprimida do mundo. Essa é a lei fatal, enquanto existirem exploradores e explorados.

A epidemia, um fenômeno natural, não discrimina ninguém, afeta todas as classes. Dizem-nos: “todos devemos estar unidos e sacrificarmos para enfrentá-la”, mas é claro que ela atinge com mais força as massas oprimidas, cujas condições precárias de vida as tornam mais vulneráveis.

O Covid-19 veio agravar a já existente crise capitalista, mas será um bom pretexto para que a burguesia justifique as medidas antiooperárias e antipopulares, que necessariamente terá de implantar para garantir os seus interesses.

A decadência do capitalismo é tal que as suas crises serão cada vez mais recorrentes e devastadoras. O coronavírus se encarrega de expor exatamente como é, isto é, predatório, bárbaro e desumano. Não somente mostra a precariedade da saúde a nível mundial, os níveis críticos na qualidade de vida de centenas de milhões de seres humanos, como também, não podendo ser de outro modo, como a burguesia e seus governos em todo o mundo priorizam a “estabilidade ou recuperação econômica”, às custas de sua população.

A Bolívia não é uma exceção. Diante da crise do Covid-19, os empresários já propuseram o congelamento dos soldos e salários, postergaram o pagamento de créditos e impostos, suspenderam os

pagamentos sociais à previdência (AFPs) e à saúde; os industriais se declararam “asfixiados” economicamente, e pedem “flexibilização trabalhista”; o governo vem em seu auxílio, usando os recursos do fundo de pensão para salvar os empresários, por meio dos bancos privados, etc.

A dura quarentena, estendida até 15 de abril, para tentar impedir a propagação do vírus, já se faz insuportável para amplas camadas da população: pequenos comerciantes, artesãos, autônomos, mendigos etc., cuja subsistência depende do dia a dia. Mesmo diante do pânico gerado em nível mundial, são obrigados a irem às ruas para sobreviverem, enquanto o energúmeno Arturo Murillo, ministro do governo, não se cansa de ameaçar, para submetê-los por meio do uso da força.

A quarentena agrava a situação de desamparo do proletariado e das massas oprimidas em geral, diante da autoridade do governo que, com certeza, pretende se estender para a etapa de aplicação de medidas antipopulares, após a crise da pandemia.

Está colocado o problema: quem arcará com as consequências da crise? A resposta burguesa precisa ser respondida com a resposta operária: Que a crise seja paga pelos ricos!

É preciso se livrar da camisa de força que representa a burocracia sindical, serviçal da burguesia.

Independência política e sindical diante dos patrões, do seu governo e seu Estado.

Operários, camponeses, oprimidos das cidades, unidos na defesa de nossos direitos, por pão, trabalho, educação e saúde.

OS EXPLORADOS E OPRIMIDOS, ENTRE A PANDEMIA, A FOME E A REPRESSÃO.

Morra a militarização da quarentena!

A Bolívia entrou na etapa mais crítica da pandemia do coronavírus, esta se expandiu para todos os Departamentos (estados, N.T.), com exceção de Beni, até agora.

Com a possibilidade de se ter baixo controle da situação, torna-se tudo cada vez mais difícil, porque não se podem precisar quantos contagiados “assintomáticos” estão circulando livremente pelas ruas, e participando das aglomerações humanas nos mercados, bancos, etc., espalhando o vírus.

O “encapsulamento” de Montero, ou a radicalização da quarentena, no Quillacollo, pela aparição de novos infectados, só foram possíveis pelo terror que despertaram, na população, situações dantescas, como as que estão ocorrendo no Equador, Itália ou Espanha, e pela campanha persistente, que vêm realizando o governo e os meios de comunicação.

A situação se torna crítica no eixo central (La Paz, Cochabamba e Santa Cruz), porque concentram imensas massas, que vivem

Massas Extra, 13 de abril de 2020 - POR Bolívia

da economia informal. A população que vive o dia com seus miseráveis ganhos já não pode suportar a prolongada quarentena. Esta camada majoritária da população é a que se rebela contra o isolamento social, ao que o governo responde estupidamente com a repressão, enxergando em tudo uma conspiração massista, ao extremo de ter acusado o prefeito de Colchane, Chile, Javier García Choque, de ser massista, por denunciar o governo de Áñez de violar os direitos humanos dos bolivianos, aos que se lhes impede ingressar no território nacional. Isto, à margem de que o MAS, da maneira mais oportunista e desesperada, queira encontrar uma base social na população que, por necessidade, rompe a quarentena.

Nota-se muito desespero no governo, porque teme que não poderá conter uma explosão social, provocada pela fome. Encontra-se cercado por muitas pressões: pelos camponeses pequenos produtores, que não conseguem acessar com facilidade

aos centros de abastecimento para comercializar sua produção, e a cada dia vendem menos, por falta de circulação nas cidades; pelos trabalhadores assalariados, que temem perder suas fontes de trabalho, e o perigo de verem reduzidos seus salários; os pequenos produtores, que já estão asfixiados economicamente, os profissionais independentes da classe média; os miseráveis empresários privados, que pintam uma apocalíptica crise econômica, se o governo não sair em seu auxílio; e os banqueiros, que não renunciam a seguir ganhando em plena crise, etc.

O governo direitista extremamente débil que, como para-raios, recebe essas pressões sociais, sabe que o tempo se esgota. Para amanhã, terça-feira, anuncia uma reunião decisiva, para definir uma prorrogação da quarentena total.

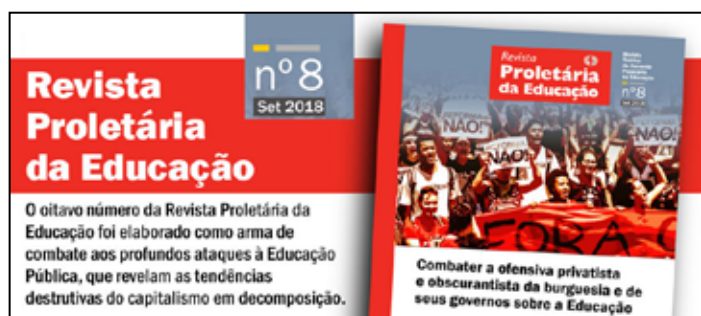
Educação e barbárie

O prolongado isolamento social (quarentena) para combater os efeitos da pandemia do COVID-19 condenou, a grandes sacrifícios, a população como um todo, especialmente as camadas mais pobres, que se veem obrigadas a suportar as dificuldades, enquanto aguardam os salários miseráveis ou os auxílios insuficientes, que o governo tem distribuído. Por outro lado, o aparato produtivo está paralisado, e coloca no horizonte o fantasma do desemprego e de mais fome. A queda nos preços dos minerais no mercado mundial, e a queda do petróleo, nos últimos dias, deu a impressão de que a maldição das sete pragas do Egito havia caído sobre a Bolívia. O desespero se espalha ainda mais, quando se admite que essa pandemia não terminará depois que a quarentena se encerrar, nos próximos dias; médicos e especialistas explicam que, enquanto a vacina não for descoberta, e sua aplicação universalizada, a

“ Partamos da evidência de que a educação, desde muito tempo, antes da pandemia, está em crise; que se manifesta como uma atividade que não alcança efetivamente o conhecimento, nem novos avanços na ciência.

humanidade estará condenada a conviver com esse flagelo.

Em meio a esse panorama catastrófico, o problema do destino da educação foi colocado em discussão. O Ministério da Educação e setores da classe média, quase automaticamente, tentaram encontrar a tábua de salvação na educação virtual. Eles consideram que essa forma de educação pode amenizar ou superar os grandes danos que a educação está sofrendo, devido à suspensão das aulas presenciais, em todos os níveis e modalidades. A suspensão de quase dois meses das aulas presenciais é vista por professores, pais e alunos como uma catástrofe, que é muito difícil de recuperar, no que resta do calendário letivo.



A opção para os famintos é: ou morrer de fome, ou pelo coronavírus.

O governo, que não tem uma resposta para alimentar os famintos, aponta para a repressão. A imposição de forças militares e policiais em Montero, e a decisão de militarizar Santa Cruz, são prenúncios de que Áñez só pode recorrer à força para manter a população em suas casas.

Corresponde que os oprimidos e explorados deste país se organizem para superar os governos incapazes da classe dominante, defender seu direito a viver, à saúde e à educação. E para defenderem suas conquistas econômicas, sociais e políticas, conquistadas até agora.

Massas-Extra, 27 de abril - POR Bolívia

Fala-se das limitações materiais e culturais, para poder aplicar universalmente as plataformas virtuais, de que os computadores, internet e smartphones não chegaram a todos os setores da população; da grande desigualdade social em que uma imensa maioria dos pobres, especialmente do campo, não têm acesso à internet, e nem mesmo à eletricidade; devido à pobreza que impera, a maioria não é capaz de acessar a quantidade de megabytes exigida pelos programas educacionais; que os pais, devido ao nível cultural muito elementar, não podem apoiar a aplicação da educação virtual para seus filhos nas etapas iniciais de ensino; que não houve tempo para treinar o conjunto dos professores no uso da informática etc. Tudo isso é verdade, a Bolívia é um país que não conseguiu superar os resquícios do pré-capitalismo, fato que se reflete em todas as atividades econômicas, sociais e culturais. É um problema estrutural, que também deve se refletir na natureza da educação.

É inquestionável que a pandemia desnudou a incapacidade da classe dominante e do Estado burguês em resolver os problemas gerados pela crise cíclica do capitalismo, todas as suas medidas acabam golpeando os interesses da classe operária e da maioria oprimida do país, e são inúteis para superar a crise da educação, que se arrasta, desde que o sistema social entrou em seu esgotamento total; agora, como novidade, surge a questão de saber se a educação virtual pode salvar total ou parcialmente a qualidade da educação.

Partindo do caso hipotético de que todas as condições materiais, sociais e culturais para se aplicar plenamente a educação virtual fossem garantidas, fato que não se dará, por ser um problema de natureza estrutural, o que aconteceria com a educação? Seria possível superar substancialmente a qualidade da educação e o desenvolvimento integral do ser humano, de modo que, com a ajuda dos computadores e da Internet, os alunos possam ser apresentados a um mundo repleto de conhecimento e transformação científica, e suplantar o mundo real por esse outro, que é virtual?

Partamos da evidência de que a educação, desde muito tempo, antes da pandemia, está em crise; que se manifesta como uma atividade que não alcança efetivamente o conhecimento, nem novos avanços na ciência. Pelo contrário, caracteriza-se por ser anticientífica, repetitiva e memorística, agravada ultimamente por manifestações de barbárie, como é o pachamamismo¹. Chegamos à convicção de que a crise educacional se desenvolve paralelamente à crise

1 Termo que remete ao uso político da adoração à Mãe Terra (Pachamama). Na reforma educacional de Evo Morales (MAS), por exemplo, pretendeu-se equiparar a concepção científica à religiosa (nota da tradução).

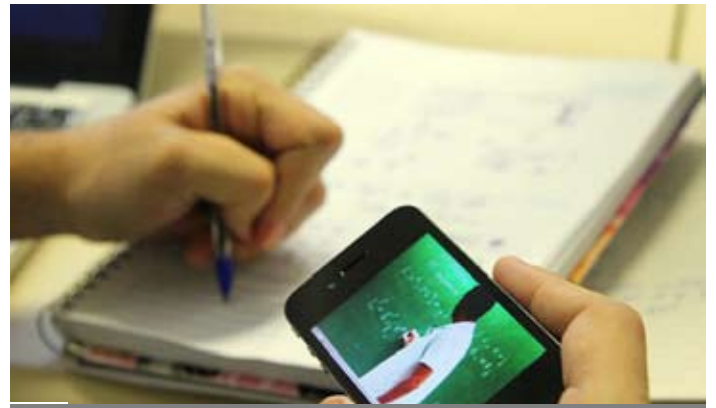
estrutural do sistema capitalista, por isso, a neoliberal Lei Nº 1565 propôs a privatização da educação, para libertar o Estado burguês falido de suportar o pesado custo educacional.

Em nossas discussões educacionais, primeiro com o neoliberalismo, e depois com a pós-moderna Lei Nº 070 [Lei da Educação “Avelino Siñani / Elizardo Pérez”], chegamos à conclusão de que a causa dessa crise está na crescente separação da educação em relação à realidade. O objeto direto do conhecimento, que aparece como manifestações múltiplas, contraditórias e em permanente mudança, que são os fenômenos da natureza, da sociedade e da cultura, foi substituído pelo texto, pelo módulo educativo, ou pelos materiais didáticos que os professores preparam para suas aulas. Foi rompida a relação dialética entre o sujeito que conhece e o objeto do conhecimento, ambos em permanente mudança e transformação.

O capitalismo, por ser uma sociedade dividida entre opressores e oprimidos, baseada na grande propriedade privada dos meios de produção, nunca conseguiu superar essa dicotomia entre educação e realidade. Em sua etapa progressiva, implantou as várias formas da Pedagogia Ativa e do comportamentalismo, com o slogan que você “aprende fazendo”; mas limitou-se a encerrar a atividade dos alunos em um ambiente escolar na forma de oficinas, com trabalho manual, resolução de tarefas, etc. Fazendo com que o professor e o aluno permanecessem em uma atitude contemplativa em relação à realidade, amputando sua capacidade criativa de agir de forma transformadora sobre ela. Dessa maneira, foi eliminada qualquer possibilidade de aplicar a unidade entre teoria e prática no processo social de produção, como a única possibilidade de superar a atual crise da educação.

Na fase de decadência desse sistema social, houve uma clara virada para o subjetivismo pedagógico, ancorando a atividade educacional em concepções estruturalistas, que visam a aprisionar a realidade em formas e fórmulas abstratas; a gramática estrutural e a lógica simbólica derivaram em correntes pedagógico-psicológicas, como o construtivismo e o pós-modernismo, que concebem a possibilidade de que o homem possa construir ilimitadamente o conhecimento e a própria realidade, através dos malabarismos da linguagem.

É nesse contexto que se discute, agora, que a educação virtual possa substituir total ou parcialmente as aulas presenciais, substituir a relação direta entre alunos e professores, na qual ambos atuam para modificar a realidade que os cerca. O Ministro da Educação desenvolve a teoria de que essa forma educacional possui limitações, pois, só pode dar conta da formação teórica do aluno, impossibilitando a parte prática e operacional. Conclui que permanece apenas na educação informativa e não formativa. As velhas concepções, que separam a teoria da prática, não saem da cabeça do Ministro da Educação. Nós, professores, pelo contrário, afirmamos que não há possibilidade de conhecimento fora da unidade dialética entre teoria e prática, como único caminho para se atingir o conhecimento e fazer ciência. Se a educação virtual for plenamente aplicada, a crise atual será agudizada, porque a atividade educacional romperá os poucos vínculos que




“ *Se a educação virtual for plenamente aplicada, a crise atual será agudizada, porque a atividade educacional romperá os poucos vínculos que ainda mantém com a realidade. O capitalismo em crise, assim, nos oferece a barbárie educacional, com um verniz tecnológico.* ”

ainda mantém com a realidade. O capitalismo em crise, assim, nos oferece a barbárie educacional, com um verniz tecnológico.

Não pretendemos rejeitar ou desvalorizar os avanços da cultura e da ciência, eles constituem um patrimônio da humanidade, que precisamos aprender a usar como ferramentas no trabalho constante de dominar as leis, ainda não descobertas pelos seres humanos, da natureza, da sociedade e da própria cultura. Livros, computadores, Internet, fórmulas abstratas, cibernética, etc. são ferramentas a serviço do homem, que devemos saber usar; o machado ou o martelo usado incorretamente podem amputar nossas mãos, e computadores e a Internet, nesta sociedade de consumo, estão destruindo a capacidade do homem de interagir socialmente.

Finalmente, nós, professores, soltamos um grito de alerta. As consequências da crise estrutural do capitalismo, que já se fazem sentir no país, agudizadas pela pandemia do COVID-19, vão pressionar o Estado burguês a despejá-las sobre os ombros dos oprimidos e explorados. Uma das maneiras de fazê-lo é reduzir o quanto puder os custos do funcionalismo, para transferir esses recursos ao socorro do capital privado parasitário e das multinacionais imperialistas. A educação é um dos serviços mais dispendiosos, e o Estado tentará economizar dinheiro, reduzindo ou liquidando as conquistas históricas da educação, privatizando setores importantes, mantendo os salários de fome, intensificando a exploração sobre o magistério, e reduzindo a quantidade de professores com seu plano de generalização da educação virtual.

A URMA (União Revolucionária do Magistério) convoca o professorado, nacionalmente, os pais e os trabalhadores em geral, a intervir de maneira unitária para salvar a educação da barbárie.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.

n° 9

Set 2019

1º DE MAIO, DIA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES. NENHUM PACTO SOCIAL COM OS EXPLORADORES!

Devemos organizar-nos para enfrentar a arremetida burguesa!

Para frear as demissões massivas, cortes salariais, fechamento de fábricas, e garantir a estabilidade no trabalho, corresponde a paralisação, ocupação de fábricas e sua estatização, sem indenização, sob controle operário coletivo

Brigada Sindical Revolucionária, 26 de abril de 2020

Na atual depressão econômica que vive o mundo, e uma crise “pós pandemia” severa que nos espera, as multinacionais e empresários nacionais já anunciam políticas e medidas econômicas orientadas a proteger suas carteiras e seus investimentos. Para isso, os capitalistas vêm com tudo (demissões massivas, cortes salariais, anulação de conquistas sociais, assalto aos ganhos dos trabalhadores nas AFPs, e demais medidas de “flexibilização trabalhista”), buscando descarregar todas as suas perdas sobre as costas dos trabalhadores.

Os proletários temos nossa própria resposta classista para enfrentar a crise; diametralmente oposta à dos donos do capital:

A ATUAL CRISE DEVE SER PAGA PELOS CAPITALISTAS, OS BANQUEIROS, LATIFUNDIÁRIOS E AS MULTINACIONAIS, DO PAÍS E DO MUNDO

“ *Nem uma só demissão, nem rebaixamento salarial, nem afastamentos forçados. Toda empresa que atente contra a estabilidade no emprego e salários dos trabalhadores deve ser ocupada, e nela se instalar uma VIGÍLIA PERMANENTE COM PARALISAÇÃO DO TRABALHO, até que os empresários retrocedam em suas medidas antioperárias. Não existe outra medida de luta que nos permita, efetivamente, fazer respeitarem nossos direitos trabalhistas.*

Por décadas, os empresários se apropriaram da mais valia extraída do operário no processo de produção, assim como as empresas multinacionais saquearam os recursos naturais da Bolívia (minérios, gás). Lucros acumulados, que agora devem ser canalizados para financiar as perdas da economia, em meio a esta crise sanitária mundial.

A preocupação central dos trabalhadores é como defender a estabilidade no emprego, e o respeito aos salários, que têm sido duramente golpeados nos últimos anos, o que se acentuou aceleradamente, durante mais de um mês de pandemia. Diariamente, se apresentam centenas de demissões e rebaixamentos salariais, enquanto o Governo transitório concentra sua proposta econômica em só salvar os empresários capitalistas, outorgando-lhes créditos, para pagarem suas obrigações, ampliando prazos para o pagamento de seus impostos, rebaixando os mesmos, etc. E o quê

da economia dos trabalhadores e suas famílias?

Diante desta situação, os trabalhadores fabris devemos defender:

NO CAMPO ECONÔMICO

- Nem uma só demissão, nem rebaixamento salarial, nem afastamentos forçados. Toda empresa que atente contra a estabilidade no emprego e salários dos trabalhadores deve ser ocupada, e nela se instalar uma VIGÍLIA PERMANENTE COM PARALISAÇÃO DO TRABALHO, até que os empresários retrocedam em suas medidas antioperárias. Não existe outra medida de luta que nos permita, efetivamente, fazer respeitarem nossos direitos trabalhistas.
- Controle operário coletivo, através de assembleias para controlar e fiscalizar a administração patronal da empresa e zelar por seu adequado funcionamento produtivo. Desta forma, evitar sua quebra.
- Toda empresa que se declare em quebra deve ser ocupada pelos trabalhadores, e o Estado injetar o capital necessário para seu funcionamento. O Estado deve dar dinheiro e benefícios a essas novas empresas estatizadas, para assegurar sua viabilidade. O dinheiro deve servir para impulsionar empresas estatais, e não para engordar os exploradores.
- O dinheiro para cobrir esses custos deve vir da nacionalização sem indenização dos grandes banqueiros capitalistas, que enriqueceram à custa da usura do povo e exploração de seus trabalhadores. Rechaçamos que o dinheiro saia dos salários dos trabalhadores para sua aposentadoria, ou que o governo pretenda endividar a população boliviana com créditos dos bancos privados internacionais.
- Para evitar a derrota nas lutas das fábricas individuais e isoladas, MOBILIZAÇÃO NACIONAL e CONJUNTA DE TODOS OS TRABALHADORES.
- Não à suspensão temporária dos aportes patronais à CNS e das retenções às AFPs.
- Devolução imediata dos 3.476 milhões de bolivianos, provenientes dos fundos das AFPs que foram parar nas mãos dos bancos privados nacionais. Os salários dos trabalhadores não podem financiar a crise sanitária.
- Rechaço à farsa da devolução de aportes às AFPs. A devolução de aportes às AFPs afetará, no longo prazo, o fundo que o trabalhador tem, para acessar à já miserável pensão de aposentadoria, do maldito sistema de pagamento individual, imposto pelo neoliberalismo (lei 1.732), e mantido pelo massismo (lei 065).

- Condições de biossegurança nas fábricas, para salvaguardar a saúde dos trabalhadores. A pandemia mostrou também a incapacidade econômica do Estado burguês, de garantir alimentos para a maioria da população. Mostra, além disso, que, no afã por lucros, a patronal sacrifica os trabalhadores das indústrias alimentícias, obrigando-os a trabalhar sem dar-lhes condições de biossegurança contra o COVID-19, pelo que os operários acabamos doentes, e elevando o risco de contágio da população.
- Estatização dos hospitais, clínicas e indústrias farmacêuticas privadas, para permitir o acesso à saúde e medicamentos a toda a população, e assim enfrentar da melhor maneira a pandemia.
- ESTADO DE EMERGÊNCIA NACIONAL E ATENÇÃO, para evitar a aprovação do projeto de lei N° 595, exigindo a imediata modificação de dois incisos. Primeiro, no artigo 7, inciso I, se estabelece a proibição de demissões SÓ POR DOIS MESES, e, depois desta data, estariam implicitamente autorizadas as demissões massivas. Isto vai contra o direito fundamental ao trabalho, à estabilidade e imobilidade trabalhista, estabelecidas na Constituição Política do Estado, e a Lei Geral do Trabalho. Segundo, no artigo 7, inciso IV, pontos a) e b), NESSES DOIS MESES, se poderia dar passagem livre às demissões por quebra, liquidação e processos disciplinares, que, de fato, são as formas legais e antioperárias para justificar as demissões nesses dias de quarentena.
- Exigimos a anulação do inciso c), do artigo 4, do Decreto supremo 4.200, o qual proíbe a organização de assembleias, manifestações, greves ou outras manifestações de protesto. Em relação às liberdades democráticas, direito ao protesto, liberdades constitucionais e direitos humanos das massas populares.

NO CAMPO POLÍTICO

Os trabalhadores comprovamos, por experiência própria, o fracasso dos diferentes governos de plantão, na tarefa de industrializar o aparato produtivo do país, e garantir trabalho estável, saúde, educação e alimentos às maiorias. Governos com tinturas nacionalistas, como o MNR, ou falsos socialistas, como o MAS, acabaram de joelhos, diante das multinacionais e do empresariado nacional, condenando o país ao atraso econômico. Comprovamos que a democracia burguesa é uma farsa, que só serve aos politíqueiros que, empoleirados na câmara de senadores e deputados, só obedecem às ordens do executivo, e este, por sua vez, da burguesia internacional e empresários nacionais.

O Estado capitalista, seja nos seus anos de democracia ou de ditadura, não pôde constituir um vigoroso Sistema de saúde pública, bem equipado, com hospitais, equipes médicas e profissionais. Agora, essa ausência é agravada pela presença da pandemia do Covid-19.

Esta situação torna necessário que a classe operária fabril e boliviana retome suas bandeiras de luta, retome as colocações da tese socialista da COB, aprovada em 1970, que hoje, mais do que nunca, se mantêm vigentes:

- INDEPENDÊNCIA POLÍTICA SINDICAL dos sindicatos, federações e confederações, frente ao governo transitório de Je-

nine Ññez, e ao que venha depois do processo eleitoral.

- Rechaço ao COLABORACIONISMO DE CLASSES. Governo, Empresários e até a burocracia da COB chamam para um “pacto social” pós pandemia, que, de fato, obrigará os trabalhadores a se resignarem às medidas antioperárias dos patrões, em nome de “salvar a economia do país”. Nada de pactos, luta ineludível em defesa da economia das famílias operárias.

“*Retomar as direções sindicais das mãos dos burocratas do M.A.S., que alugaram e estatizaram nossas gloriosas organizações matrizes. Realizar assembleias e congressos de base, para substituí-los por dirigentes honestos e revolucionários.*”

- Retomar as direções sindicais das mãos dos burocratas do M.A.S., que alugaram e estatizaram nossas gloriosas organizações matrizes. Realizar assembleias e congressos de base, para substituí-los por dirigentes honestos e revolucionários.

- Nacionalização sem indenização de todas as empresas multinacionais em solo boliviano. As multinacionais de mineração, petroleiras, agroindustriais, se caracterizam pelo saque e superexploração dos trabalhadores bolivianos, assim

o demonstraram as greves e protestos de operários na mina San Cristobal, Mabel Nestle, ADM-SAO, PIL-ANDINA, etc.

- Desconhecimento da dívida externa com países estrangeiros e organismos internacionais.
- Fortalecer a unidade operária com nossos irmãos camponeses, estudantes, trabalhadores na saúde e a população pobre das cidades, para lutar contra os governos a serviço do capital multinacional.
- Unidade do povo boliviano ao redor da COB, federação de mineiros, fabris, petroleiros e demais organizações sindicais na luta POR UM GOVERNO PRÓPRIO DE OPERÁRIOS E CAMPO-NESES, e o estabelecimento do socialismo.

NO CAMPO SOCIAL

- Readmissão imediata de todos os trabalhadores demitidos.
- Restituição dos níveis salariais de todos os trabalhadores.
- Pagamento imediato de salários aos trabalhadores aos que se deva.
- Restituição das férias aos trabalhadores que foram obrigados a gozá-las sob o pretexto da pandemia.
- Realização imediata de testes de Covid-19 em todos os trabalhadores cujas indústrias estejam produzindo, trabalhadores de saúde e polícia. Bem como a implementação de testes massivos para a população.
- Retorno das forças armadas aos quartéis.
- Paralisação imediata da produção, onde tenha acontecido um caso positivo de Covid-19. Imediata desinfecção e aplicação de testes para todo o pessoal da planta, e restabelecimento da produção, com os trabalhadores que não tenham dado positivo para o Covid-19. Se a empresa se nega a realizar os testes, então se deve paralisar a produção por 14 dias.
- Respeito a todas as medidas de biossegurança estabelecidas mediante regulamentações e decretos.
- Dotação de orçamento necessário para o setor de saúde e assim enfrentar da melhor maneira a pandemia.
- Doação de alimentos às famílias pobres e necessitadas.
- Respeito ao pagamento de subsídios das mães e pais progenitores, visto que se trata de garantir uma adequada alimentação das mães e bebês recém nascidos.

A partir de 11 de maio, inicia-se a chamada “quarentena dinâmica”

Sete atividades econômicas se incorporam ao trabalho, supostamente sob “medidas de proteção”.

Empresários e agroindustriais prontos para sugar o sangue dos trabalhadores e assaltar os recursos do Estado

Massas Extra, 4 de maio de 2020 - POR Bolívia

Em meio a hipócritas saudações do Governo aos trabalhadores, pelo Primeiro de Maio, no sentido de sua preocupação pela proteção do emprego, a burguesia já está planejando um super-21060 pós coronavírus...

Vimos Áñez apresentar seu plano de Governo para os próximos 5 anos. Promete 600 mil empregos precários, fazendo jardins e empedrando ruas e estradas vicinais, e reformando hospitais, uma cifra similar à que prometeu Goni, em sua primeira candidatura, quando privatizou o país.

Os empresários exigem o auxílio estatal para a reativação da produção, com os recursos dos fundos de pensões dos trabalhadores, e de empréstimos de organismos internacionais; nada menos que US\$ 4 bilhões, em créditos suaves para as grandes empresas, e cada vez menos suaves, conforme sejam menores. Condição para evitar – dizem – a demissão de trabalhadores. Enquanto isso, com a tolerância desavergonhada do Ministério do Trabalho, praticam um massacre branco em suas empre-

sas, em que pese a normativa formal que o proíbe. Confiantes no colaboracionismo pró burguês da burocracia sindical, pedem para suspender, enquanto dure a emergên-

“ (...) Governo e empresários aceleram a execução do que já os agroindustriais tinham acordado com o Governo do MAS: tomaram terra para a ampliação da fronteira agrícola para a produção de transgênicos – horror dos ecologistas – e de álcool, para misturar à gasolina. A YPFB estima em 45% a redução de orçamento, e recomenda austeridade. Adeus orçamento para universidades, prefeituras e governos.

cia da quarentena, o pagamento de impostos, depósitos para as AFPs e para a CNS; flexibilização trabalhista, esquecer-se de

aumentos salariais, etc., etc. Um pacto social com os trabalhadores, para que estes se deixem levar nabos nas costas, em nome da emergência pelo Covid-19.

O Projeto de Lei 595, Art. 7 c, estabelece a proibição de demissões, só por dois meses, o que implica liberdade aos empresários para despedir operários, depois.

Enquanto isso, Governo e empresários aceleram a execução do que já os agroindustriais tinham acordado com o Governo do MAS: invadiram terra para a ampliação da fronteira agrícola para a produção de transgênicos – horror dos ecologistas – e de álcool, para misturar à gasolina. A YPFB estima em 45% a redução de orçamento, e recomenda austeridade. Adeus orçamento para universidades, prefeituras e governos.

RESPONDER ÀS DEMISSÕES MASSIVAS, CORTES SALARIAIS, FECHAMENTO DE FÁBRICAS, COM A GREVE, OCUPAÇÃO DE FÁBRICAS E SUA ESTATIZAÇÃO SEM INDENIZAÇÃO, SOB CONTROLE OPERÁRIO COLETIVO!

AS MASSAS, ENTRE A NECESSIDADE E O TERROR, NÃO HÁ LUGAR PARA AS BELEZURAS DOS POLITIQUEIROS

Massas Extra, Bolívia, 4 de maio de 2020

Na última semana, disparou o número dos infectados, só no sábado, 2 de maio, o número chegou à alarmante quantidade de 240, somando um total de 1.400 infectados no país. Segundo os entendidos, entre maio e junho, será quando se chegará ao pico mais alto da curva, duplicando ou triplicando a cifra de infectados e mortos.

Este panorama cria um ambiente de total insegurança nos bolivianos de todos os setores. O ambiente de isolamento social e o

bombardeio da propaganda por todos os meios de comunicação social, no sentido de que a saúde da família depende da disciplina e do sacrifício pessoal de todos, gerou uma espécie de terror, e tem aumentando o desespero de quem realmente está vivendo um mundo dantesco, de miséria e fome, que não resolvem os bons miseráveis do Governo, e que lhes obriga a romper a quarentena, para sair às ruas, em busca de ganhar o pão do dia. Enquanto isso, as camadas altas da classe média, os políticos e os empresários desfrutaram da quarentena, no conforto de seus lares.

Quando Oruro, ou Beni, e muitas cidades intermediárias se declaravam em isolamento, quando se informava sobre a morte do pessoal de saúde e de policiais em Santa Cruz e La Paz, aos assembleístas nacionais do MAS, por mandato da cúpula desse Partido, lhes ocorreu aprovar a lei de convocatória às eleições, em um prazo não maior que 90 dias. Para se cumprir a Lei, o plebiscito deveria realizar-se na última semana de julho, ou na primeira semana de agosto, em pleno inverno, época más perigosa para a propagação da pandemia. Paralelamente à manobra par-

Adquira com o distribuidor de Massas: **R\$ 35**

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



lamentaria massista, conhecidos dirigentes massistas convocam um panelaço e estouro de fogos, para a véspera do primeiro de maio, com a consigna de adiantar eleições. Houve resposta em alguns setores populares, onde o problema da opressão nacional se mantém vivo, e estão convencidos de que o COVID-19 é uma invenção dos k'aras (burguesia branca - N. T.). Realizaram pequenas concentrações locais, ali onde o MAS tem presença: Setores radicais de El Alto de La Paz, em Yapacani (Santa Cruz), e no Trópico cochabambino, esperando que as pessoas, desesperadas e famintas, se somem à aventura massista. Em El Alto, dois ônibus municipais, que transportavam pessoal médico, foram apedrejados, fato que provocou o protesto do pessoal médico e de enfermeiras de dois distritos de El Alto, por falta de garantias.

Dá a impressão de que há desespero no MAS, e a ilusão de que as pessoas famintas e desesperadas são o caudal eleitoral a seu favor, pelo que agora concentram sua política em adiantar, o quanto antes possível, as eleições.

Fazem um mau cálculo político, ao pensar que, mecanicamente, esta gente se somaria à sua política. Nada disso ocorreu, ficando isoladas suas birras. Caem alguns presos, que se encarregam de revelar que atuaram instigados e pagos por ativistas massistas. Agora, o MAS, desesperadamente, se dá a tarefa de delimitar responsabilidades de todos esses fatos, e a Lei aprovada no Parlamento se converte em batata quente em suas mãos, porque gerou

repulsa em muitos.

Não se trata de que o rechaço ao MAS seja apoio ao Governo de transição. Pelo contrário, é asco frente aos politiquieiros oficialistas e opositores, que pretendem usar sua desgraça para potencializar-se eleitoralmente. Tanto o MAS, como o conjunto da direita tradicional, estão em franca corrida eleitoral.

“ *O ambiente de isolamento social e o bombardeio da propaganda por todos os meios de comunicação social, no sentido de que a saúde da família depende da disciplina e do sacrifício pessoal de todos, gerou uma espécie de terror, e tem aumentando o desespero de quem realmente está vivendo um mundo dantesco, de miséria e fome, que não resolvem os bons miseráveis do Governo, e que lhes obriga a romper a quarentena, para sair às ruas, em busca de ganhar o pão do dia.* ”

Um meme que aparece nas redes sociais torna gráfico esse estado de ânimo de muita gente; diz: “...as eleições me importam um caralho, estou preocupado com a saúde de minha família. Políticos corruptos, parem de foder...”

Mal-estar na polícia

A Associação Nacional de Esposas de Suboficiais, Classes e Polícias (Anessclapol) denunciou que o ministro de Governo, Arturo Murillo, ameaçou os efetivos da instituição de processá-los, e inclusive dar baixa aos uniformizados, se denunciarem publicamente a falta de atenção às suas demandas, relacionadas com o equipamento e dotação de insumos para combater a pandemia do coronavírus.

Sobre isso, transcrevemos um pronunciamento da Associação de Suboficiais, Sargentos, Cabos e Polícias (Anssclapol), que

“MINISTRO MURILLO:

“QUANTOS POLICIAIS MAIS TEREMOS DE MORRER?

“PREFERIMOS VESTIR-NOS DE MARCIANOS E CONTINUAR SERVINDO NOSSO POVO

“A associação de Suboficiais, Sargentos, Cabos e Polícias, nos dirigimos ao ditador Arturo Murillo, para lembrar-lhe que, assim como o pusemos ele e seu Governo no poder, podemos tirá-lo a pontapés de seu Ministério, não aceitamos que ninguém nos insulte, nem que burle da Instituição Policial, suas declarações desalentadoras, que enlameiam a dignidade dos Policiais, não permitiremos mais isso.

“Caralho, hoje morreu o Tenente Pablo Daniel Arazena, vítima do Covid-19, e este inepto, vulgar e burro Ministro diz que não precisamos de equipamentos de

biossegurança, que devemos lidar com o povo a um metro e meio de distância, claro, pois, omisso de merda, não sabe o trabalho que fazemos, auxiliar um doente é com contato, auxiliar um velho, uma criança ou uma mulher grávida é com contato, por isso precisamos estar equipados.

“Mentira que nos dão milhares de máscaras e luvas, compramo-las cada um de nós, esse prepotente Ministro quis que o dinheiro de nossa dotação de uniforme seja usado para comprar trajes de biossegurança, que saiba que não o permitiremos, porque receberam dinhei-

ro de doação para conter a pandemia, e dele devem comprar para nós.

Apesar de não ser um pronunciamento oficial da Anssclapol, é evidente que expressa o mal-estar no interior da polícia, que se encontra exposta ao contágio do coronavírus, todos os dias, sem uma proteção adequada.

“Trabalhamos dia e noite, e, no entanto, somos maltratados por esse OMIS- SO, esta nota é o alerta, porque estamos cansados, como o Povo, por tanto impro- viso, e nada de planos e estratégias a que estamos acostumados como policiais.

“PAZ NA TUMBA DE UM SACRIFICADO CAMARADA, TENENTE DE POLÍCIA, PABLO DANIEL ARACENA, FALECIDO PELA NEGLIGÊNCIA DO MINISTRO ARTURO MURILLO PRINIJ.

UTOP BOLÍVIA”

Faces políticas do coronavírus

Que as centrais, sindicatos e movimentos não se submetam ao plano burguês de falsa proteção aos pobres e miseráveis

18 de março - Massas 606 - POR Brasil

Bolsonaro concordou que a manifestação do dia 15 de março, em favor de seu governo, deveria ser cancelada. Em seguida, os organizadores do ato de dois anos do assassinato de Marielle, que se realizaria no dia 14, tomaram a mesma decisão. As centrais sindicais seguiram a recomendação, desconvocando o “Dia Nacional de Luta”, 18 de março. O governador do Rio de Janeiro proibiu aglomerações, incluindo manifestações. Os meios de comunicação deram voz, unidos, ao ministério da Saúde, bombardeando a população com a campanha demagógica de um País unido contra a pandemia. Nessa circunstância, a ala mais radical do bolsonarismo rompeu a coesão política da unidade nacional, realizando atos em vários estados. Bolsonaro compareceu, salvando sua base ultradireitista.

“ *O que é uma medida cientificamente lógica – a de evitar os elos da transmissão – está sendo usada pelo imperialismo e pelos governos semicoloniais como cobertura à total desproteção das massas, e proteção aos interesses do grande capital, atingido pela retomada da crise econômica e financeira, que não tem como causa o coronavírus.* ”

O fato de o presidente não ter se convencido de que a proliferação do vírus é séria indica que a campanha montada pelo seu ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, com apoio do Congresso Nacional, do Poder Judiciário e dos governadores, passou à margem o núcleo governamental. O gesto teatral de Bolsonaro no ato em Brasília foi reprovado pela imprensa, partidos e governadores. Conhecidas vozes aventaram a possibilidade de abertura de um processo de responsabilização do presidente, que poderia levar ao impeachment. Em particular, o governador de São Paulo, João Doria, que serviu ao Bolsonaro, e que, agora, se declara oposição, desde já preparando sua candidatura, acusou-o de irresponsável.

Donald Trump – inicialmente criticado – passou a ser o exemplo de atitude de um governo preocupado com a contaminação e a crise econômica. O discurso de Emmanuel Macron, presidente da França, foi elogiado, por assumir o papel de dirigente do Estado. Ângela Merkel restringiu a vida social e o trânsito em suas fronteiras. O que mais chamou a atenção, na atitude de Macron, foi a suspensão do trâmite das contrarreformas, entre elas, a da Previdência, que têm esbarrado no movimento de rua. Esse era o desejo das centrais sindicais no Brasil. Pediram a união nacional contra a pandemia, e suas consequências econômicas. A manifestação do dia 18, que impulsionaria greves, foi desmontada, sem que Bolsonaro e Congresso Nacional respondessem às centrais.

Ao contrário, o ato bolsonarista serviu de apoio à política antinacional e antipopular. A burguesia não cessou a pressão para que novos passos da contrarreforma fossem dados. O coronavírus

não amarrou as mãos do ministro da economia, Paulo Guedes, que reafirmou a necessidade de apressar a entrega da Eletrobras a poderosos grupos capitalistas.

Em seguida ao ato prestigiado pelo presidente, o ministro apresentou o retumbante pacote de R\$ 147,3 bilhões. Indisfarçável propaganda enganosa quanto à proteção dos mais pobres, como é caso do programa “Bolsa Família”, antecipação do 13º salário, e redução do teto de juros do empréstimo consignado. O governo antipopular cortou 4% do orçamento da Saúde, e 16% da Educação. A portaria 2.979, de 2019, do ministério da Saúde, fere o caráter universal do SUS, e sacateia ainda mais a saúde pública. Sobre as condições elementares que resguardam minimamente a maioria oprimida, o desconhecimento foi total.

Um ou outro infectologista e sanitaria lembrou que os pobres e miseráveis estão desprotegidos. As instituições do Estado e os politiquieiros demonstraram preocupação real apenas com os negócios da burguesia. A Saúde voltada à maioria, que recebe baixos salários, aos desempregados e subempregados é um luxo, a que capitalistas e seu Estado não se podem dar. A minoria rica conta com um sistema de rede privada. Há uma verdadeira segregação social, que se evidencia nos momentos de epidemia e pandemia.

Os cegos de bom coração seguem ou tateiam a campanha hipócrita do imperialismo e da burguesia. Acreditam que as proibições de atividades coletivas vão contornar o problema, ou vão poupar uma parte da população. A experiência, segundo médicos e sanitaristas, conhecedores e não comprometidos com a política, demonstra que a diminuição do contato reduz o raio da contaminação. O método é lógico e deve ser aplicado. Mas não para ocultar, amenizar ou substituir ações de emergência de proteção das massas. Até ontem, se sabia quantos eram os internados nos hospitais privados, mas não quantos no SUS. Não se tem ideia do que acontecerá com os infectados pobres e miseráveis, se a pandemia se espalhar pelas favelas, cortiços, palafitas e populosos bairros remediados. Basta ver as estatísticas, para se constatar que a maioria que morre de dengue e outras doenças coletivas é de assalariados, desempregados e subempregados.

O que é uma medida cientificamente lógica – a de evitar os elos da transmissão – está sendo usada pelo imperialismo e pelos governos semicoloniais como cobertura à total desproteção das massas, e proteção aos interesses do grande capital, atingido pela retomada da crise econômica e financeira, que não tem como causa o coronavírus. Os bilhões de dólares e euros, anunciados pelos Estados Unidos e União Europeia, bem como o montante gasto pelo Japão na compra de bônus, vêm ao encontro dos financistas, que especulam abertamente nas Bolsas de Valores.

Os sindicatos, centrais e movimentos têm o dever de mostrar a verdade à classe operária e aos demais explorados. Obrigatoriamente, deveriam estar denunciando a responsabilidade do imperialismo e dos governos semicoloniais serviais. No entanto, no Brasil, as centrais desmontaram o movimento do dia 18, sob o ar-

gumento de unidade nacional para combater a pandemia. Cessa-se a luta de classes. Acobertam-se os reais motivos econômicos e sociais, que colocam em risco a população. Falseia-se com a ideia de que todas as classes correm perigo. Que, por isso, precisariam se unir contra um inimigo da natureza. O governo, por sua vez, tem de assumir a liderança do combate, e os partidos, sindicatos, etc., se alinhar à campanha governamental.

A resolução das centrais, de 16 de março, critica Bolsonaro, por não liderar “o combate e prevenção à propagação do vírus”. O que equivale a reivindicar que o carrasco do povo cumpra um papel de defesa do povo. Na linha de uma ampla conciliação de classes, conclamam o “Congresso Nacional, governadores, prefeitos e o empresariado nacional a constituir um canal de diálogo (...)”. E constituir “comitês, em conjunto”, dos sindicatos com o empresariado, “para acompanhar a crise, garantir transparência das ações implementadas, e promover iniciativas, visando a reduzir a propagação da doença (...)”. As centrais prescrevem uma lista de medidas – parte delas corretas, como ampliação do tempo do seguro-desemprego, garantia de estabilidade, ampliação da licença maternidade, ampliação do gasto com saúde –, que, no entanto, não dependem da luta de classes, mas da colaboração de classes.

Aos eleitores, vinculados ao PT, PCdoB, PSOL, Solidariedade, que controlam as centrais, não custa pedir “a suspensão do pagamento da dívida pública e a utilização dos recursos para fortalecer a seguridade social (...)”, “suspensão do teto dos gastos” e da “Lei de Responsabilidade Fiscal”. O PSTU, centrista, por meio da CSP-Conlutas, assinou a resolução das centrais,

confirmando, mais uma vez, o seguidismo oportunista. Os burocratas sabem que tudo isso não passa de propaganda oportuna diante do governo ultradireitista, que afunda em contradições, e que perde apoio de importantes frações capitalistas. Os oportunistas eleitores, que compõem a ala esquerda da política burguesa, não estão pela defesa da vida das massas, mas sim de seus próprios interesses aparelhistas, que dependem das possibilidades de realização da colaboração de classes.

Bolsonaro, criticado pelos meios de comunicação e pela oposição burguesa, por não cumprir seu papel de centralizador da campanha, mudou de posição. Depois de seu ministro da Economia apresentar um plano – uma fraude em nome dos mais “vulneráveis” –, Bolsonaro conclamou a “união” para “superar o caos (que) só interessa aos que querem o pior para o Brasil”. Uma de suas decisões foi a de fechar, seletivamente, a fronteira com a Venezuela, como tinham feito a Colômbia e o Paraguai. É uma nítida retaliação ao governo nacionalista de Maduro, cuja economia do País mal se agüenta, diante do cerco econômico criminoso, imposto pelo imperialismo norte-americano.

A política de conciliação de classes da burocracia sindical desarma a capacidade de luta das organizações operárias e populares para enfrentar a diretiva do governo, diante da pandemia e do aprofundamento da crise econômica. Não se podem equiparar as manifestações sindicais e políticas dos trabalhadores, com festas, praias, festivais, etc. A classe operária e demais explorados têm de recorrer aos seus meios de luta, sem seguir as prescrições, ordens e proibições, uma vez que o governo e a burguesia não lhes

protegerão de fato da proliferação do coronavírus. O pacote de Guedes acaba de dar prova de que, acima de tudo, estão os interesses dos capitalistas, principalmente do capital financeiro.

É preciso rechaçar o chamado à união nacional, por ser uma armadilha montada pelo poder econômico e político dos exploradores contra a maioria oprimida. A tarefa é a de retomar a luta coletiva. É preciso remarcar urgentemente o Dia Nacional de Luta, sob bandeiras claras de combate ao desemprego, subemprego, terceirização, salário mínimo de fome, bem como às contrarreformas de Temer e Bolsonaro.

Diante da pandemia, levantar bandeiras emergenciais de proteção à maioria: 1) elevar o orçamento do SUS de acordo com um plano de enfrentamento à pandemia; 2) colocar toda a rede privada médico-hospitalar sob a direção do SUS, cujo controle deve passar para as mãos dos trabalhadores da saúde e de comitês de bairro; 3)

dar às famílias pobres e miseráveis um salário mínimo emergencial, que cubra todas as suas necessidades; 4) proteger a maternidade, reduzindo a jornada de trabalho da mulher; 5) colocar os laboratórios e a indústria farmacêutica sob a centralização do Estado; 6) constituir uma força tarefa médico-hospitalar, voltada a atender os pobres e miseráveis; 7) estabelecer um imposto sobre as grandes fortunas, capital financeiro, multinacionais e latifúndios; 8) interromper o pagamento de juros da dívida pública. São oito medidas emergenciais, que de fato protegem os trabalhadores e suas famílias. Por serem emergenciais, são transitórias. A classe operária deve vinculá-las com o programa de expropriação do grande capital, estatização do capital financeiro e nacionalização das terras. É

nas condições de crise profunda que, objetivamente, se evidencia a necessidade da revolução social, da transformação da grande propriedade dos meios de produção em propriedade coletiva, e da constituição de um governo operário e camponês.

Somente lutando com esse programa, é possível organizar um movimento pelas reivindicações emergenciais. Os sindicatos e organizações populares-estudantis devem e podem organizar comitês de base para rechaçar a falsa união nacional e a política de conciliação de classes. É com as massas nas ruas e com a greve geral, que os explorados se defenderão, não apenas da pandemia, mas também da crise estrutural do capitalismo.

Por um movimento da classe operária e demais explorados, independente da burguesia, para enfrentar a pandemia e as consequências da crise econômica!

Não à política de “união nacional” com a burguesia e seu governo!

Por um plano emergencial de defesa da vida maioria oprimida!

Constituir os comitês de luta nos locais de trabalho e nos bairros!

Remarcar imediatamente o “Dia Nacional de Luta”, como dia de proteção dos explorados!

Duas crises concomitantes: sanitária e econômica

Enfrentar a política de conciliação de classes

Impor a independência política e organizativa da classe operária

7 de maio de 2020 - Massas 609

Estamos a quase dois meses de pandemia, e agora cresce assustadoramente o número de mortos. Em apenas 24 horas, 615 brasileiros perderam a vida. Segundo dados oficiais, as vítimas do coronavírus chegaram a 8.536, no dia 6 de maio. Infectologistas reconhecem que esses números são muito superiores. A denominada subnotificação oculta parte significativa do desastre humano. A pandemia que se manifestou, inicialmente, em alguns estados do Sudeste, finalmente, abrangeu todo o País. A situação catastrófica de estados do Norte e Nordeste expôs, cruamente, o atraso econômico e a brutal precariedade do sistema público de saúde. Diante da calamidade, o novo ministro da Saúde, Nelson

“ Desde meados de março, os trabalhadores foram divididos. Uma parcela continuou na produção, e outra foi colocada no isolamento social. Estabeleceu-se um conflito entre os governantes, a ala vinculada a Bolsonaro e a que se aliou a Doria. Criou-se uma divergência entre aqueles que eram contra o confinamento e os que se diziam defensores de “salvar vidas”.

Teich, admitiu que talvez seja necessário o isolamento total (lockdown), em alguns casos. As discussões entre governo, governadores, politiquieiros e especialistas, agora, se dão sobre o fracasso da política burguesa do isolamento social em proteger a vida dos pobres e miseráveis. A elevação exponencial do número de mortes se dá entre a população faminta, enfraquecida pela subnutrição, superexplorada, desempregada e subempregada. Segundo os infectologistas, é preciso uma margem de isolamento que atinja pelo menos 70% da população. Isso apenas para reduzir o impacto da pandemia. Há que considerar que os 30% que não se isolam correspondem a milhões que ficam expostos ao contágio. O vírus se espalhou em todo o território nacional, sendo que o isolamento está em uma média de 45%. O que quer dizer que a maioria está entregue à sorte.

A essência do problema, no entanto, não está no método do isolamento social, que é inaplicável no sentido universal, sob o modo de produção assentado na exploração do trabalho assala-

riado, mas sim na incapacidade do capitalismo de garantir uma saúde pública à altura da época em que avançam os desastres naturais. Não é necessário relatar a sequência de epidemias e pandemias, dos últimos tempos. Juntamente com a ausência de proteção sanitária a milhões de brasileiros, estão a pobreza e a miséria. Uma importante parcela da força de trabalho está obrigada a subsistir como desempregada e subempregada. As favelas, cortiços e bairros operários empobrecidos, onde se formam grandes conglomerados humanos, são carentes de esgoto, água potável, etc. Retratam a face do capitalismo decadente e impossibilitado de desenvolver as forças produtivas, que se chocam com a propriedade monopolista dos meios de produção. Impossibilitado de desconcentrar a gigantesca riqueza, que permanece em poder da minoria burguesa e da alta classe média. É sobre essa realidade econômica e social que o coronavírus se instala e se espalha.

Não há dúvida de que a pandemia acelera e aprofunda a quebra econômica mundial. O Brasil, que já vinha se arrastando, afundará ainda mais. Os explorados são os que arcarão com as consequências. O governo Bolsonaro, governadores e Congresso Nacional lançaram um primeiro plano de proteção ao grande capital. À classe operária e demais explorados, se levanta a enorme tarefa de se proteger, defendendo um plano emergencial e com os métodos e a estratégia próprios de luta.

Desde meados de março, os trabalhadores foram divididos. Uma parcela continuou na produção, e outra foi colocada no isolamento social. Estabeleceu-se um conflito entre os governantes, a ala vinculada a Bolsonaro, e a que se aliou a Doria. Criou-se uma divergência entre aqueles que eram contra o confinamento e os que se diziam defensores de “salvar vidas”. Ao mesmo tempo, havia, principalmente, por parte dos meios de comunicação monopolistas, a enorme campanha de que era preciso “pacificar” o País, a estabelecer “união nacional”. De que o coronavírus atingia a todos, pobres e ricos, trabalhadores e aposentados. E de que todos seriam sacrificados com a desativação da indústria, comércio e serviços.

Dia e noite, coube aos governadores e aos meios de comunicação a tarefa de divulgar a curva do contágio, as dificuldades de atendimento nos hospitais, a lista ascendente de mortos, e a incapacidade dos cemitérios de enterrar os corpos. O objetivo era

MASSAS
EDIÇÃO ESPECIAL
ORGÃO BISEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 586 - DE 7 A 28 DE JULHO DE 2019 - R\$ 5,00

**1989
2019**
30 anos construindo o Partido Operário Revolucionário

Adquira com nosso distribuidor
**30 anos construindo
o Partido Operário
Revolucionário (POR)**

POR

é o de criar o terror entre os explorados, deixá-los impotentes e submissos ao miserável auxílio de R\$ 600,00, e à filantropia das cestas-básicas e materiais de higiene, praticada pelos governantes, ONGs, igrejas e sindicatos. Situação essa que causou aglomerações nas portas dos bancos e ao redor dos caminhões, que traziam um número limitado de cestas-básicas. O auxílio miserável e a cesta-básica insuficiente acabaram gerando um enorme descontentamento entre os explorados, que não conseguiam sacar o auxílio do governo, e não pegavam a caixa de alimentos. E aqueles que tiveram o auxílio e a cesta-básica logo viram que não podiam permanecer no isolamento social.

A população explorada, além da campanha governamental, se deparou e se depara com o fardo das igrejas, que procuram diariamente “pacificá-la”, discipliná-la nas credices religiosas e submetê-la ao ordenamento burguês. E, ainda, com a conduta serviçal da burocracia sindical, que age como porta-voz da política dos governadores, expressa na bandeira “*Fi-queEmCasa*”.

Apesar dos atritos entre as frações burguesas em torno à política do isolamento social e ao esgarçamento do governo Bolsonaro com o avanço da crise política, há uma única diretriz à violenta crise econômica, que se abate sobre o País. Essa resposta é ditada pelo capital financeiro, e imposta pelas multinacionais e os grandes capitalistas nacionais. Bolsonaro decretou a MP 936, em 2 de abril, e coube ao Congresso Nacional aprová-la, cuja essência é a redução e suspensão dos contratos de trabalho, com corte de salário.

Em pouco mais de um mês, estima-se que 4,41 milhões de trabalhadores, em todo o país, tiveram seus salários reduzidos. No Sudeste, região mais industrializada, cerca de 3,04 milhões, ou seja, 68,8% do total de trabalhadores foram atingidos por essa brutal medida. A falsa justificativa dos governantes e dos capitalistas é a de que o sacrifício é compensado, porque mantêm-se os empregos. A MP 936 não garante a estabilidade. Os empregadores continuam com as mãos livres para demitir, após o prazo de vigência da redução salarial, geralmente dois meses. Os governantes escondem a curva ascendente do desemprego e subemprego. Dizem que não é possível estimar o montante de assalariados que foram demitidos em março e abril. Alegam que o Caged (organismo estatal que informa o número de contratações e demissões) está fechado, desde 30 de março, e o IBGE parou de coletar os dados.

Tendo em vista as críticas acima citadas, o Dieese demonstrou que, de um total de 239.534 demissões, nesse período da pandemia, 32,4% ocorreram no setor calçadista, 27%, serviços, 18,8%, metalúrgicos, 10,3% comércio, 7,4%, transportes, 1,7%, petroleiros, 2,3%, outras atividades. O Sudeste foi a região com maior número de demissões, com 29,9%. Esses dados, embora limitados, permitem mostrar o quanto os trabalhadores estão arcando com a crise sanitária e econômica. E evidenciar a tendência ao agigantamento do desemprego com o retorno do comércio, serviços e setores fabris, que estavam paralisados.

Na aplicação da MP 936, teve um papel predominante a polí-

tica das direções sindicais. Logo que Bolsonaro decretou a medida, houve uma ofensiva por parte das multinacionais e grandes empresas em impor a redução salarial. Aproveitaram as férias coletivas e o isolamento social compulsório, para ditar o percentual dos cortes salariais, criando as faixas por salário. Dando a entender que aqueles que recebem mais, terão perdas maiores. O humanitarismo dos capitalistas é, na realidade, a desgraça para quem tem salários menores. Isso por que o peso da perda de 25% dos salários, que já são minguados, é muito superior em relação aos altos salários. Lembremos que, na faixa de trabalhadores que recebem até R\$ 3.135,00 (três salários mínimos), o patrão po-

deria e pode reduzir o salário a partir de uma notificação individual, sem sequer precisar da colaboração das direções sindicais. Aí está a brutalidade cometida pela burocracia sindical em aceitar fazer acordos de redução salarial, criando uma suposta democracia por meio das “assembleias virtuais”. Os trabalhadores, isolados em suas casas, foram chamados a responder SIM ou NÃO à proposta patronal.

Os burocratas fecharam as portas dos sindicatos e se colocaram em quarentena. Reclamaram no Supremo Tribunal Federal (STF) o direito de negociação em todos os casos de redução e suspensão dos contratos com cortes salariais. A Justiça, que é patronal, deu as costas à burocracia sindical, e o Congresso Nacional legitimou a MP 936 bolsonarista, dorista, etc. As direções sindicais lastimaram a ação da justiça, dizendo que os trabalhadores devem ter o direito à negociação coletiva, para “assegurar condições menos prejudiciais do que as dispostas na MP 936”. São ou não verdadeiros criminosos?

Os resultados das negociações entre os sindicatos e os patrões abarcaram todo tipo de burocracia, direitistas, reformistas e centristas. O estrago foi grande. Aos trabalhadores do comércio, foram impostos as férias individuais, coletivas, trabalho remoto, banco de horas, cumprimento de aviso prévio e redução salarial. O setor patronal, como se vê, tinha à disposição inúmeros recursos para descarregar o peso das perdas sobre os trabalhadores. Os banqueiros, que ganham rios de dinheiro com as especulações, a exemplo do Itaú, reduziu o horário de atendimento ao público, e obrigou a grande maioria dos bancários a executar o trabalho remoto (office home). O governo ordenou que a Caixa Econômica Federal colocasse 70% dos trabalhadores em home office. O Santander e Itaú anunciaram que não demitirão durante o período da pandemia. Certamente, o farão,

“

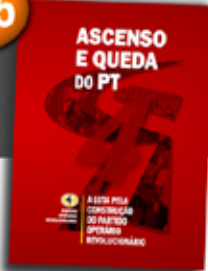
Os burocratas fecharam as portas dos sindicatos e se colocaram em quarentena. Reclamaram no Supremo Tribunal Federal (STF) o direito de negociação em todos os casos de redução e suspensão dos contratos com cortes salariais. A Justiça, que é patronal, deu as costas à burocracia sindical, e o Congresso Nacional legitimou a MP 936 bolsonarista, dorista, etc. As direções sindicais lastimaram a ação da justiça, dizendo que os trabalhadores devem ter o direito à negociação coletiva, para “assegurar condições menos prejudiciais do que as dispostas na MP 936”. São ou não verdadeiros criminosos?

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



assim que a economia voltar à “normalidade”. Nas montadoras, foram utilizadas a chamada “parada técnica”, de 22 a 27 de março, seguida de férias coletivas, 30 de março a 20 de abril, a exemplo da Renault, JEEP, Nissan, Toyota, Mercedes, Scania, GM, Peugeot e Volks. Nesse período, essas multinacionais abriram negociações com os sindicatos. Os resultados foram desastrosos para os metalúrgicos, que tiveram os salários reduzidos, variando de empresa a empresa, e sem garantia de estabilidade. Essa diretriz das multinacionais foi usada pela Embraer e por setores químicos, como a Petroquímica Brasken e Oxiteno. O setor hoteleiro, restaurantes e outros dessa natureza, também não escaparam da MP 936. No caso dos transportes coletivos, em São Paulo, que tiveram a frota reduzida, os condutores afastados compulsoriamente tiveram apenas 50% dos salários, e 50% do valor do vale-alimentação. Esse quadro de desgraça não se limitou a algumas atividades econômicas. É sabido que a extensão da MP de Bolsonaro, Maia, Alcolumbre, Doria e outros governadores abrangeu metroviários, aeroviários, têxteis e funcionários públicos, sejam federais, municipais e estaduais.

“ *O fundamental é compreender que a classe operária e demais trabalhadores estavam desorganizados e dissolvidos pela política burguesa do isolamento social. O proletariado fora da produção social (coletiva) está à mercê da campanha dos humanitários burgueses, das igrejas e dos meios de comunicação monopolistas.* ”

O fundamental é compreender que a classe operária e demais trabalhadores estavam desorganizados e dissolvidos pela política burguesa do isolamento social. O proletariado fora da produção social (coletiva) está à mercê da campanha dos humanitários burgueses, das igrejas e dos meios de comunicação monopolistas. Não pôde contar com as direções sindicais, que ficaram embebecidas pelos discursos em favor de “salvar vidas”, e se colocaram por acatar as orientações que vinham da OMS, organismo do imperialismo, e dos governadores. Governadores que há muito vêm destruindo a saúde pública, por meio das privatizações e terceirizações, e, agora, exigiam que a população faça a “sua parte”, ficando em casa e aguardando os auxílios. Ainda mais, parte da classe operária, principalmente dos grandes centros urbanos, vive nas favelas e cortiços. E, desgraçadamente, se deparou com as associações e suas lideranças comunitárias, que serviram de agentes para a efetivação da filantropia, distribuindo cesta-básica, fabricando máscara, etc. Está aí por que o proletariado foi conduzido a enxugar o seu próprio suor, permitindo que cortassem seu próprio salário.

Ouvir de uma burocrata direitista ou reformista que o resultado das assembleias virtuais foi favorável à redução salarial, é coisa corriqueira. Mas, é escandaloso ouvir do burocrata Cristiano Rodrigo, do sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos, dirigido pelo PSTU, que “*os trabalhadores aprovaram a proposta, mas não por concordarem com ela. Ninguém quer ter o salário reduzido. O problema é que o governo federal não foi capaz de garantir a renda total dos trabalhadores em meio a esta crise. A MP 936 é insuficiente para proteger os salários e empregos da classe trabalhadora*”. O burocratismo apodrece da mesma forma o burocrata centrista, como apodrece o burocrata reformista.

As centrais e sindicatos não convocaram assembleias para decidir sobre um plano próprio de emergência para enfrentar as crises sanitária e econômica e, inclusive, sobre como se daria o isolamento social, recomendado pela OMS. Era de conhecimento de todos que as frações burguesas, que se posicionaram pelo isolamento social, acataram essa orientação, unicamente como forma de não colapsar repentinamente o sistema de saúde público. O POR não suspendeu suas atividades. O boletim Nossa Classe foi distribuído nas fábricas e setores que estavam trabalhando. Cartazes foram colados nos corredores fabris. Reuniões e cursos foram mantidos. E se dirigiu às centrais, sindicatos e movimentos por meio de uma Carta-Aberta, propondo manifestações em todo o país no 1º de Maio. Ao contrário, as burocracias sindicais mantiveram sua política de “assembleias online” e “1º de Maio virtuais”, como descrevemos neste jornal Massas.

A política burguesa do isolamento social não foi capaz de defender os pobres e miseráveis do avanço da pandemia, apesar dos politikeiros dizerem que conseguiram reduzir as mortes. O poder econômico aturou, apenas por um breve período, que uma parcela de trabalhadores ficasse em casa. Há dias, o confinamento se vem rompendo. Os governadores e a imprensa culpam a própria população, como se essa não estivesse sob o temor da pandemia e a pressão dos capitalistas para que retomem o trabalho. As atividades econômicas vêm sendo reativadas crescentemente. As direções sindicais, no entanto, continuam na quarentena, como os paxás ficam nos cercados. Os explorados suportam dupla carga, a da mortalidade crescente, e a da perda de empregos e redução salarial. Já passou da hora de reagir à altura. Mas, a classe operária e demais trabalhadores dependem de suas organizações sindicais, que se acham anestesias pela colaboração de classes das direções sindicais. Está colocada a campanha pela convocação de assembleias nas fábricas, outros locais de trabalho. Estão colocadas, também, as assembleias populares. Cabem às assembleias aprovarem um plano próprio de emergência, e constituírem os comitês de defesa da vida, dos empregos e dos salários. Somente com a organização e luta coletiva, os explorados enfrentarão as crises sanitária e econômica.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Os governos burgueses são incapazes de responder à crise

17 de março de 2020 - Masas 366 - POR Argentina

1. Não podemos delegar ao Estado burguês algo tão sério como a saúde pública, que já foi abandonada há décadas. É mais do que sabida a deterioração dos hospitais, centros de saúde, falta de insumos, baixos salários, instalações e equipamentos insuficientes para enfrentar uma crise sanitária. Os trabalhadores não podem assistir passivamente, esperando que se resolva em benefício da maioria. Todos os recursos devem ser postos a serviço do atendimento da grave situação que se aproxima.

Os trabalhadores têm um papel fundamental a desempenhar na defesa da maioria. É essencial se manterem alertas, organizados e em estado de mobilização, para exigir que se tomem todas as medidas. Formemos os comitês de emergência, porque a burocracia sindical não tem nenhuma independência diante do governo e dos empresários. Insistimos, não podemos delegar nossa saúde a uma classe social que destruiu o sistema de saúde pública, em grandes proporções, nas últimas décadas, com a colaboração das direções sindicais.

2. É necessário que se informe com precisão à população qual é o estado atual da situação. Quantos leitos, quantos respiradores, quantos kits de teste, quantos recursos são incorporados a cada semana. Quantas máscaras para os trabalhadores da saúde, para quantas semanas são suficientes, etc. A Coreia do Sul, país que aparece como aquele que combateu o vírus com maior eficácia, tem 12 leitos para cada 1.000 habitantes, fez mais de 100.000 testes para uma população apenas superior à da Argentina. Todo o sistema de saúde privado, as obras sociais (clínicas, hospitais, sanatórios, laboratórios, etc.) devem ser colocados imediatamente sob um único comando estatal, com intervenção e controle dos trabalhadores. Todos os recursos devem ser utilizados racionalmente. Devem ser incorporados hotéis e prédios apropriados para isolar ou tratar os doentes.

Se não se intervém nesse sentido, os setores de maiores recursos estarão mais protegidos, porque contarão com leitos, sanatórios, respiradores, medicina em tempo e forma. O sistema de saúde privado tem uma orientação que conspira contra a saúde pública.

A taxa de mortalidade deste vírus tem relação direta com a quantidade de equipamentos disponíveis para a atenção, a disponibilidade de máscaras, gel desinfetante, suprimento de oxigênio e aparelhos respiratórios.

Não pode haver surpresa alguma, já existe experiência suficiente sobre como tratar esta pandemia, uma vez que se conhecem quais foram os erros e acertos nos outros países. Nada justifica que não se tomem todas as medidas necessárias imediatamente. A OMS advertia, em setembro do ano passado, sobre a possibilidade de uma pandemia.

3. Temos todo o direito de reconhecer que o Estado é incapaz de enfrentar esta crise.

O novo governo concentrou todos seus esforços na negociação da dívida externa, e não deu resposta às necessidades orçamentárias da saúde e educação, como foi denunciado pelos trabalhadores desses setores. Vemos hoje a ausência de respostas elementares para combater a dengue. Os inseticidas são caros e de difícil acesso para a maioria. Já há mais de 1.000 infectados. E há setores que já estão saturados, só com essa epidemia. Além disso, os mais de 150 casos de sarampo refletem um retrocesso histórico. Quais são os critérios da Organização Mundial da Saúde para declarar pandemia ao coronavírus, e não o fazer mesmo com outras doenças, que afetam milhões no mundo, e matam mais que este vírus?

“ *Todo o sistema de saúde privado, as obras sociais (clínicas, hospitais, sanatórios, laboratórios, etc.) devem ser colocados imediatamente sob um único comando estatal, com intervenção e controle dos trabalhadores. Todos os recursos devem ser utilizados racionalmente.* ”

4. Todos os trabalhadores da saúde, desde aqueles que trabalham na manutenção, motoristas, enfermeiros até os médicos, devem ter garantidas todas as condições para trabalhar sem riscos. Boa parte dos equipamentos de proteção são descartáveis, se utilizados por longos períodos, perdem efetividade.
5. A prioridade não é a rentabilidade ou socorro às empresas, mas a situação de todos os trabalhadores, especialmente daqueles que não podem ficar em casa, porque sobrevivem no dia-a-dia, e, se não trabalham, não ganham nada. Como se pagam a comida, aluguel e serviços? Devemos considerar que a maioria dos trabalhadores é precarizada, e não conta com nenhuma proteção social. E, para piorar, as medidas adotadas aprofundam a recessão da economia. É a situação de todos os trabalhadores, que devem continuar trabalhando em contato massivo com centenas ou milhares de pessoas diariamente, e estão completamente expostos. E é a de todos aqueles que continuam trabalhando nas fábricas, porque a produção não para, e não se garantem as condições de higiene e salubridade mínimas.
6. Os meios de comunicação massivos jogam um papel nefasto, desinformando, criando uma psicose coletiva, ocultando os verdadeiros problemas e sua magnitude. Devem ser denunciados, e suas autorizações suspensas, para impedir que exerçam esse papel sinistro. Por trás deles, operam interesses econômicos e políticos contrários aos interesses da maioria. A toda hora, deve haver comunicados oficiais, centralizados pelos comitês de emergência, constituídos nos locais de trabalho, nos bairros, para orientar com a maior precisão sobre

como se está enfrentando a pandemia.

Temos de fazer uso de todos os meios para compartilhar toda informação, nossa própria informação. Em primeiro lugar, a informação transmitida pelos trabalhadores dos centros de saúde. Mas, também as informações de como se estão enfrentando os casos que surgem nos lugares de trabalho, nos bairros. A política da burguesia é convocar todos a se unificarem em torno às políticas do governo, suspendendo todo debate sobre a situação econômica dramática que se vive. É uma permanente exortação ao isolamento, a não ter contato social, a não se reunir, ou seja, um pretexto para impor sistemas de controle da vida cotidiana.

7. A suspensão das aulas, até 31 de março, para minimizar o trânsito, provoca um problema adicional: quem cuidará das crianças? Seus pais terão licenças pagas até essa data? E se não tiverem trabalho registrado, o que farão? É necessário resolver a alimentação de milhares de crianças que se alimentam nas escolas, com a menor exposição e risco. Assim como também de toda a população, que engloba mais de 10% de desempregados, 35% informais, o que agrava ainda mais o quadro de barbárie a que leva o capitalismo. Barbárie que o coronavírus ampliou, nos marcos da crise já existente.
8. Deve colocar-se o conjunto dos laboratórios estatais e privados sob centralização única, para produzir, ao máximo de sua capacidade, todos os produtos necessários para enfrentar a crise sanitária. É necessário contar com milhares de testes do coronavírus, para que todos os que tenham sintomas sejam atendidos e diagnosticados imediatamente.
As multinacionais farmacêuticas estão esfregando as mãos, como já aconteceu outras vezes, com os fabulosos negócios que podem resultar da fabricação de milhões de vacinas ou outros elementos de aplicação massiva.

Essas empresas devem ser estatizadas, para produzir o máximo possível, com o menor custo. Os empresários aproveitam cada crise para multiplicar seus lucros. Desconheçamos, portanto, as patentes que restrinjam a produção. É necessário implementar urgentemente a produção massiva de respiradores, pois, neste momento, há dificuldades para importá-los, e deles depende que se salvem milhares de vidas.

9. Rechaçamos toda campanha chauvinista, orientada a culpar pelo vírus e suas consequências a determinados países ou pessoas oriundas desses países. Rechaçamos toda campanha destinada a mostrar a suposta barbárie dos países orientais como causa do mal.
Denunciamos que a crise mundial, em que aparece este vírus, tem outras raízes: a bancarrota do capitalismo, que não pode superar o desastre de 2008/2009, sua anarquia e caos ameaçam o conjunto da sociedade. A economia mundial já estava em recessão, com uma dívida gigantesca prestes a estourar. A guerra comercial entre as principais potências, que tende a transformar-se em guerra bélica, agravou todos os problemas. Aumentam aos milhões os desempregados, migrantes e famintos no mundo.
Este vírus expõe o abandono da saúde pública nas potências capitalistas, que privilegiam os negócios privados, e a redução dos orçamentos da saúde. É necessário planejar e centralizar a economia, sobre a base da socialização dos grandes meios de produção, que estão nas mãos de um punhado de capitalistas. Esta tarefa será obra dos oprimidos, com a classe operária à sua frente.
10. As organizações políticas e sindicais têm de tomar em nossas mãos o debate desta situação, e como impor uma resposta em defesa do interesse da maioria, diante do desastre que já vem ocorrendo.

DIANTE DA QUARENTENA OBRIGATÓRIA DECIDIDA PELO GOVERNO

Massas Argentina, 20 de março de 2020 - POR Argentina

1. É uma medida excepcional que se adota para atenuar as consequências que pode provocar o coronavírus, diante da desastrosa situação do sistema sanitário.
2. A burguesia, os partidos, os empresários e as instituições se alinharam por detrás do governo, que concentra assim toda autoridade, e a responsabilidade pelas medidas que se adotam, e as que deixam de adotar.
A maioria da população aceita estas medidas extraordinárias, porque foi preparada durante semanas, com 24 horas de notícias por dia, alimentando o pânico do vírus.
3. A medida limita enormemente as liberdades democráticas, em nome de um bem superior a proteger, a saúde pública.
A liberdade de reunião, de mobilização, de assembleias, de circulação, etc. estão canceladas ou limitadas.
Temos de ser conscientes do que isso significa, acrescido da intervenção das forças repressivas nas ruas.
Num momento de direitização dos governos, cada vez mais autoritários, estas medidas são uma justificativa para controlar e vigiar as massas e criminalizar seus movimentos. É clara a conveniência desta situação para os governos do Chile, Colômbia e França.
4. Estas medidas podem ser estendidas. Espera-se que o pico do contágio ocorra em dois meses.
5. Não devemos dar aval ao governo, nem à oposição.
Todos têm responsabilidade na geração do desastre no sistema sanitário. Hoje, querem transmitir uma forte ideia de unidade nacional, de que é possível enfrentar a pandemia. Não esqueçamos de que o Congresso aprovou todos os orçamentos, que foram liquidando a saúde pública, e os governadores acompanharam essas decisões.
O governo, somente nas últimas semanas, ou nos últimos dias, atendeu algumas das reivindicações do setor. Deixou passar mais de dois meses sem reincorporar ou recuperar os trabalhadores que foram demitidos ou saíram do sistema. O orçamento da saúde não foi incrementado para cobrir todas as necessidades. Ainda hoje, nos hospitais, se denuncia a ausência de insumos básicos.
O governo confia que os empresários privados colaborem,

que produzam o que se precisa, que não especulem com os preços. O que exige que o Estado tome em suas mãos o controle total da saúde, e que produza tudo que faz falta.

6. O sistema de saúde deve ser integral, universal, nacional, gratuito para todos. Esta questão elementar, de concentrar todos os recursos, não foi sequer mencionada pelo governo. Há que acabar com a discriminação classista no sistema de saúde.

Todos podem ficar doentes, porém, os mais afetados são os que vivem na pobreza, ganhando menos que o necessário para cobrir as despesas básicas – mal alimentados, vivendo em moradias precárias, mal curados, etc. Enquanto um setor minoritário da sociedade pode pagar convênios médicos e ser atendido nos centros de saúde mais avançados, a maioria tem de ser atendida em lugares que não possuem equipamentos mínimos, nem os elementos indispensáveis. Lugares em que se tem de pagar para ser atendido ou que nos tirem uma radiografia, ou então agendem o atendimento para daqui a dois meses. Assim, os pobres e miseráveis são os mais vulneráveis diante de qualquer vírus. O que as estatísticas não mostram é que os infectados e os mortos são os que menos têm recursos e não têm como se tratar das enfermidades.

7. Essas medidas agravarão a situação econômica. Pelo impacto da crise econômica e financeira internacional, e pelas próprias medidas que paralisam grande parte da produção. A produção e o consumo continuam caindo vertiginosamente. Todos os trabalhadores serão prejudicados e, como sempre denunciemos, a maioria vítima da informalidade, da precariedade trabalhista, sendo obrigada a fazer bico, não poderemos suportar estas condições. É urgente que se adotem medidas de proteção real àqueles que não têm condições, e que se deixe de negociar e pactuar com os credores. Não se pode viver dependendo do que se fala e decide em Wall Street.

8. A quarentena desconhece a situação de moradia de milhões de pessoas em todo o país. Os setores que povoam as favelas – bairros carentes dos direitos básicos – estão sendo levados a uma situação ainda mais desesperadora. Só na cidade de Buenos Aires e na Grande Buenos Aires, calculam-se dois milhões de favelados. Ambientes amontoados, onde muitas famílias compartilham, não apenas banheiro e cozinha, senão quartos abarrotados, mal ventilados, onde seus moradores geralmente sofrem de subnutrição crônica, e onde as condições de segurança são pouco mais do que deploráveis. Não é casual que esses setores tenham os índices mais alarmantes de tuberculose (*“tuberculose como condição de vida do capitalismo”*, segundo escrevia Marx, 150 anos atrás), ou atualmente dengue. São bairros onde as ambulâncias simplesmente não entram, os bombeiros dificilmente chegam nas emergências, e as ruas são intransitáveis com a mínima chuva. Nessa situação, a “quarentena total” e o “isolamento” agravam as já paupérrimas condições. Nestas condições, a pandemia pode causar um brutal massacre. O problema da moradia para milhões de pessoas não pode esperar um se-

gundo a mais, e os diversos governos, de ontem e de hoje, são completamente responsáveis por isso.

9. As direções sindicais burocráticas se somaram, incondicionalmente, às medidas adotadas. Não têm nenhuma independência política. Não são eles os que podem levantar as reivindicações, os pontos de vista da classe operária e dos trabalhadores em geral.

10. Os partidos políticos, que se reivindicam da classe operária, os sindicatos combativos, as agrupações sindicais e os delegados e ativistas devem manter sua atividade, manter a vigilância e a coordenação nesta situação extraordinária. Temos uma grande responsabilidade. Já conhecemos o perigo de tanta concentração de poder no governo.

“*É urgente que se adotem medidas de proteção real àqueles que não têm condições, e que se deixe de negociar e pactuar com os credores. Não se pode viver dependendo do que se fala e decide Wall Street.*”

11. A classe operária deve responder com sua própria política a esta situação excepcional:

- **aumento significativo do orçamento para saúde, que seja suficiente para tudo que se precisa, baseado num imposto extraordinário aos capitalistas;**
- **sistema único de saúde pública, universal, nacional, gratuito,**

que integre as obras sociais, os convênios, as clínicas privadas, laboratórios, etc.;

- **aumento real de salários e aposentadorias, que seja suficiente para cobrir o mínimo do custo de vida;**
- **garantir a distribuição gratuita de alimentos e artigos de higiene para toda a população, suspender o pagamento de alugueis e tributos, garantir a gratuidade e acesso a todos os serviços: luz, água, gás, telefone, internet, etc.;**
- **acabar com toda forma de trabalho precarizado, informal, e acabar com o desemprego, repartindo todo o trabalho entre todos os trabalhadores;**
- **plano de obras públicas, que comece pela construção de hospitais e escolas que se precisem, e não menos de 400.000 moradias por ano, por uma empresa estatal, sob controle coletivo dos trabalhadores;**
- **expropriar os latifundiários;**
- **recuperar todos os recursos, estatizar, sem pagamento, toda a indústria hidrocarbonífera e mineira;**
- **nacionalizar todas as privatizadas;**
- **estatização do sistema financeiro e do comércio exterior;**
- **desconhecimento e não-pagamento da dívida externa.**

Essas medidas elementares, para impor a soberania nacional e resolver os problemas da maioria oprimida, somente poderão ser impostas pela rebelião popular, nunca por meio de leis ou constituintes.

Os governos patronais, qualquer que seja seu tipo, estão amarrados à grande propriedade e, portanto, são impotentes e covardes para acabar com ela. A crise impõe tomar medidas radicais em defesa própria. E somente a classe operária não tem nenhuma amarra com a propriedade privada e com este regime de privilégios. Por isso, deve encabeçar a rebelião dos oprimidos e impor seu próprio governo. Não só a saúde, mas a própria vida está em jogo, nesta época ameaçada pela hecatombe capitalista.

Por que dizemos que é urgente impor o controle operário coletivo da produção?

Masas 366 - POR Argentina

A crise sanitária colocou uma série de questões: qual produção consideramos essencial, e por que, em que condições trabalhamos; se os aspectos básicos de higiene são atendidos, o número de trabalhadores com doenças pré-existentes nos diferentes ramos e, fundamentalmente, qual classe é a mais capacitada para controlar e planejar a produção.

A burguesia mostra que seus interesses são opostos aos da maioria oprimida

As patronais dos diferentes ramos mostraram seu desprezo pela vida, ignorando as licenças de trabalhadores que, devido à idade ou doenças pré-existentes, estavam em maior risco. Em geral, foi a ação das comissões e órgãos internos dos delegados que garantiram o cumprimento dessas licenças. Essas medidas iniciais do governo mostraram rapidamente suas limitações, dizendo que aqueles que possam trabalhar em casa o façam, deixando a grande maioria dos trabalhadores como bucha de canhão. Antes da quarentena geral, discutia-se, entre as bases e as comissões internas, a necessidade de reduzir a produção ao essencial. O caso da UOM [União Operária Metalúrgica] Rio Grande foi, nesse processo, um dos mais avançados, desde que eles decidiram se retirar das fábricas, a partir de 16 de março.

As patronais seguiram o caminho oposto, como estão acostumados, procurando reduzir custos de qualquer maneira, ameaçando não pagar salários completos, demitindo, sem garantir quanto, quando, ou como pagarão. A patronal da SIAT ameaçou explicitamente pagar apenas uma porcentagem dos salários, quando os trabalhadores (a maioria de risco) impuseram a interrupção da produção, o dono da TSU-Cosméticos já começou a descumprir novamente o pagamento aos demitidos, e empresários têxteis mandaram os trabalhadores para suas casas, sem confirmar, nem o valor, nem a data do pagamento.

São os trabalhadores os mais adequados para definir nossas condições de trabalho

Os trabalhadores ferroviários denunciam que os esquemas de proteção mínima não estão sendo cumpridos, exceto a Linha Sarmiento, devido à intervenção da comissão interna. Além disso, os trabalhadores da linha Roca denunciam que estão sendo desnecessariamente expostos, ao terem de controlar bilhetes de passageiros.

Em 27 de março, a Comissão Nacional de Regulamentação de

Transportes (CNRT) aprovou uma série de medidas para o transporte público urbano, que podem ser resumidas na subida e descida pela porta traseira, isolamento físico entre motoristas e passageiros, e cancelamento da primeira fila. Em 20 de março, o corpo de delegados da Linha 60 expressou, em um comunicado, o pedido à empresa de transporte coletivo DOTA para: cancelar a porta da frente, subindo pela porta do meio, para reduzir a exposição ao contato, a implementação de uma cabine isolante, mudança de local da tela de validação, longe do motorista, controle e medição de temperatura para os trabalhadores, na entrada e no final do dia, garantir o fornecimento de álcool gel em todas as cabeceiras, inspeções e controles dos organismos sobre a limpeza e desinfecção das unidades, durante o período dessa quarentena, uma vez que os passageiros também serão afetados por atividades essenciais para enfrentar a pandemia, solicitamos a isenção do pagamento do bilhete. Além de inutilizar, para esse momento, os bancos da frente. Como se pode ver, não foi o ministério dos transportes, foram os trabalhadores organizados da linha 60 que impuseram as medidas mais apropriadas, não apenas para cuidar dos motoristas, mas também do conjunto de trabalhadores que usam o transporte público.

A importância do controle coletivo dos trabalhadores e da planificação da produção

Os trabalhadores portuários de Mar del Plata denunciaram que foram forçados a trabalhar aglomerados, quando sabem muito bem que os empresários pesqueiros destinam 95% da produção à exportação, trabalhadores do frigorífico Rio Platense denunciam uma situação semelhante. Os trabalhadores da Felfort e da Pepsico denunciam que a produção de batatas fritas, salgadinhos e doces não é essencial. Enquanto que, na empresa de panificação Bimbo, a reclamação é que questões básicas de higiene e prevenção não são garantidas, colocando em risco não apenas os trabalhadores, mas também os consumidores dessas mercadorias.

Essas experiências põem em evidência duas questões; por um lado, como o interesse da burguesia se opõe ao bem-estar da maioria oprimida e, por outro, a necessidade de impor o controle operário coletivo da produção. São os oprimidos, através de suas organizações, os mais indicados para definir quais são as prioridades de produção e as condições necessárias para cuidar de nossa saúde.

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da **opressão social**. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

A crise estrutural do capitalismo não foi provocada pelo Covid-19, é inerente ao sistema decadente, que chegou ao ápice, e que não pode sustentar a si mesmo

O analista Jesse Colombo, que previu a crise financeira de 2008, advertiu, em março deste ano, que outro colapso financeiro estava a caminho, e não só devido ao coronavírus.

A crise periódica do capitalismo ocorre em períodos cada vez mais curtos e virulentos: no final dos anos 1990, a crise asiática; em 2008, a chamada subprime (estouro de uma bolha imobiliária norte-americana, que se estendeu pelo mundo).

As análises objetivas da crise financeira do capitalismo indicavam uma crise pior que a de 2008. Advertia-se sobre uma sequência de bolhas espalhadas nos mercados do mundo, as quais sucessivamente colocariam um colapso mundial sem precedentes.

É indiscutível que o Covid-19 atua como catalizador da crise, acelerando a decomposição do sistema social capitalista decadente e corrupto, que destrói meios de produção, devido à superprodução de mercadorias; que aumenta o desemprego de milhões de operários produtivos, e trabalhadores auxiliares nos serviços públicos e burocráticos, que conformam a maioria do país.

A paralisia do capitalismo atinge a politicagem burguesa. Todos dedicados em manter em pé a burguesia parasitária, que remunera seus serviços. A maioria eleita por vários e sucessivos períodos.

Não podem oferecer nada estável aos escravos modernos, somente migalhas, que não podem satisfazer o mínimo para amenizar a fome provocada pela miséria. O governo e a politicagem burguesa só têm a oferecer repressão e mentiras. Para isso, fortalecem as Forças Armadas e a polícia.

Entre eles, muitos contagiados pelo coronavírus, que não fazem quarentena, mantendo contatos próximos com seus parceiros e família. Chamamos esses chilenos a compreender que são parte dos oprimidos, e a desobedecer as ordens de seus superiores, e assimilar a política de sua classe de origem, o proletariado, por meio da educação e assimilação da política da classe operária.

O governo e a imprensa burguesa insistem que a crise econômica é produto do estouro social de 18 de outubro e do coronavírus. Que é necessário um acordo nacional, e reeditar o acordo das frações burguesas de 15 de novembro, que elaborou o acordo do plebiscito, que aprovará ou rejeitará a criação de uma nova Constituição. Acordo esse ratificado, oficial e legalmente, em 24 de dezembro (se ganhar a aprovação, esta deverá cingir a Constituição pinochetista – manter a propriedade privada do capital multinacional que impera no Chile).

É evidente que a burguesia usa a repressão brutal e o engano. Aproveita qualquer meio que garanta seu poder. O governo Sebastián Piñera, rejeitado, repudiado, odiado pela maioria nacional, é respaldado por um acordo da politicagem burguesa, amplamente difundido pelo chamado a votar o enganoso plebiscito. O que tem ocupado toda militância nesta fraude contra a população, que somente pretende derrubar esse governo antinacional, antioperário, objetivando melhorar suas condições de vida, destruídas por uma política a serviço do capital financeiro e, conseqüentemente,

da corrupção do regime político imperante.

O governo tem suas costas protegidas pelo parlamento e todos os partidos políticos burgueses, que utilizam a pandemia para promover um novo acordo “nacional”, incorporando, agora, a burocracia sindical, gremial e do movimento popular. Isto é, se ampliam os agentes políticos que trabalharam na propaganda eleitoral plebiscitária, ocupando-se de um novo “trabalho” de propaganda enganosa e má intencionada contra os setores mais vulneráveis, enquanto o contágio se estende à chamada “classe média”.

“ *A paralisia do capitalismo atinge a politicagem burguesa. Todos dedicados em manter em pé a burguesia parasitária, que remunera seus serviços. A maioria eleita por vários e sucessivos períodos.* ”

O Fundo Monetário Internacional (FMI) outorga ao Banco Central do Chile um crédito, de linha flexível, de US\$ 23.930 bilhões, de ajuda a Piñera e à politicagem burguesa, com a finalidade de se salvaguardarem os riscos, que provocaram protestos dos oprimidos. Isso apesar de que existe um cômodo nível de reservas internacionais. Recursos de que a burguesia se ocupa, para enganar as massas com o salário mínimo de 30 mil pesos (37 dólares) para uma família de 4 pessoas, que dura poucos dias. Isso nos indica que é preciso redobrar o levante contra o engano e a injustiça.

Esses chamados da burguesia e de seus partidos políticos, que procuram obter acordos, se chocam diretamente com o âni-



Adquira com o distribuidor de Massas: 40 anos do Golpe militar no Chile

RS\$ 6

Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

40 anos do golpe militar no Chile, é necessária e imprescindível a criação do Partido Operário Revolucionário

Textos: POR - Chile, Argentina, Bolívia e Brasil

mo das massas oprimidas, que é a luta pela vida e pela superação das condições de fome e miséria. Não acreditam nos políticos burgueses.

Os massivos protestos de outubro até março foram afetados pelos enormes contágios, que o governo e as instituições têm ocultado de maneira sistemática, onde pesquisadores e alguns profissionais da saúde, bem como jornalistas, denunciaram reiteradamente a ocultação dos contágios e mortes. O que tem provocado mais ódio e repúdio contra o Estado.

Os protestos das populações de Santiago e proliferação de pannels vêm crescendo, considerando que é mais digno continuar lutando, do que morrer de fome, infectados pelo vírus na rua, ou em uma sala de espera em um centro de assistência.

A permanente e descarada hipocrisia burguesa de Piñera e seu governo, mediante a constante verbosidade de mentiras e manobras, são assumidas pela pseudo oposição, como se fossem verdadeiras. É o caso da estalinizada CUT, dirigida pela militante do PCCH, Bárbara Figueroa, que não esperou nem um instante o chamado do governo, para “exigir” a constituição de uma mesa tripartite – governo, empresários e a burocratizada e estatizada CUT – aparece, depois de vários meses escondida pelos meios, e diante da massificação dos protestos em Santiago pelas camadas oprimidas.

A marginalização subjacente que produz a falta de saúde, educação e o avanço do desemprego, narcotráfico, prostituição, comércio ambulante e trabalhadores domésticos – que servem às camadas ricas, que por conta da quarentena e da fraude do auxílio do governo – provocaram os protestos nas ruas, apesar do toque de recolher e da vigilância militar e policial, enfrentando a repressão, inclusive com armas de fogo.

Não resta dúvida de que essa situação preocupa o governo, a oposição e as burocracias. Não vêm com bons olhos, que, apesar do isolamento social e temor da pandemia, massifiquem o ódio aos partidos burgueses e ao Estado (independente dos órgãos centrais

burgueses), e que retomem os enfrentamentos e saques.

A situação revolucionária, aberta em 18 de outubro, não foi derrotada, apesar dos desaparecimentos, mortes, prisões e condenações altíssimas de até 24 anos. Não serviram para domesticar um povo, que tem perdido o medo e aumentado a disposição de luta pela liberdade e derrocada de Piñera, ou daquele que o suceda, é o que a situação demonstra.

Diante do evidente e natural contágio, que impede as reuniões ampliadas, o conveniente é funcionar de forma rotativa, e com precauções pertinentes de uso de máscaras, lavando as mãos e usando o cloro como desinfetante, mantendo os pannels massivos, como organização dos oprimidos diante da barbárie capitalista,

que destrói as condições de vida e de trabalho de milhões.

O exemplo que temos diante de nossos olhos, diante dos compulsivos comunicados do presidente Piñera e do ministro da Saúde, de termos “a melhor saúde do mundo”, que o manejo da “crise sanitária a mantém em um patamar”, é falso. Os fatos demonstram o contrário, faltam insumos, os pacientes esperam em cadeiras por até três dias para serem atendidos, etc.

As campanhas contra a fome são utilizadas como instrumento da política burguesa, pequeno-burguesa e organizações centristas, que posam de revolucionárias, em nome de aliviar, momentaneamente, a fome. Uns por caridade cristã, outros pela liberdade somente em palavra. Contribuem para manter essa democracia, sinônimo da hipocrisia, submetendo-se à ditadura oligárquica do capital financeiro.

O atual período do capitalismo mundial é de decomposição, que nos induz à desagregação da civilização. Onde a difícil tarefa necessária e essencial do proletariado é tomar o poder, para o qual é necessário superar sua crise de direção, criando o Partido Operário Revolucionário, que baseia sua organização na estratégia revolucionária, que é a tomada do poder. A organização e táticas devem estar vinculadas a esta finalidade, para sepultar o poder burguês, antes que este destrua a humanidade.

“*A situação revolucionária aberta em 18 de outubro não foi derrotada, apesar dos desaparecimentos, mortes, prisões e condenações altíssimas de até 24 anos.*”

Outro Mapuche assassinado

O werken Alberto Treuquil, da comunidade We Newem, em Collipulli, denunciou, faz duas semanas, o cerco por parte de carabineiros, tanto à comunidade, como à casa. Foi alvo, desde 13 de maio, de operações policiais, com grande quantidade de efetivos e bombas de gás lacrimogênio, que afetaram diretamente a esposa de Teuquil, grávida de 4 meses, e que acabou perdendo a criança.

Na noite de 4 de junho, Treuquil e mais três pessoas foram interceptadas por um grupo de homens armados, que dispararam, recebendo diversos impactos de bala, igualmente seus acom-

panhantes, que procuravam um cavalo que havia sido roubado. Os jovens foram feridos e golpeados por esses homens armados.

É conhecida a história dessa comunidade, que há sete anos recuperou suas terras, que estavam em mãos de empresas e latifundiários, exercendo o controle territorial. Apesar do tempo, chama muito a atenção que esses desmensurados ataques, apreensões e assédios psicológicos noturnos com caixas de som se tenham iniciado, recentemente, em 2020, com constante abuso por parte das forças repressivas do Estado.

A morte do werken é muito duvido-

sa, e também esse sistemático plano, que promove o ataque direto contra muitas comunidades em tempos de pandemia.

É necessária a unidade programática do campo e da cidade. O capitalismo, inimigo dos oprimidos, está na ofensiva, diante da classe operária em quarentena, consequência, segundo eles, do Covid-19. A enorme crise começou em 2008, e não cessou. A burguesia quer salvar-se, despejando a crise sobre as costas dos explorados do mundo. A única saída é a revolução e ditadura proletária, que concederá a autonomia e autodeterminação das nações-classe, como o Povo Mapuche.